

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROGRAMA
CENTRO DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL (CeAP)**

ALINE MARGARETH ALBORNOZ RODRIGUES

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 01107109


Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS, JUNHO DE 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROGRAMA
CENTRO DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL (CeAP)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Adriana Mueller

Aline Margareth Albornoz Rodrigues

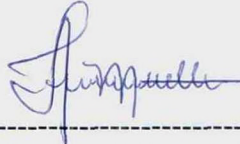
Florianópolis, junho de 2004.

ALINE ALBORNOZ RODRIGUES

**AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROGRAMA
CENTRO DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL (CEAP)**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA



Professora Adriana Mueller
orientadora



Professora Luciana Ronconi



Auda Tereza Dadam
Assistente Social/coordenadora do Programa CeAP

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus que ilumina e guia sempre minha vida, mostrando-me os melhores caminhos a seguir.

Neste momento, de mais uma etapa conquistada e de tantas outras que irão cruzar com meu futuro, é com prazer e satisfação que expesso meus agradecimentos àqueles que sempre estiveram presentes de forma direta ou mesmo em pensamento contribuindo para minha formação acadêmica.

Em especial, agradeço a minha orientadora ADRIANA MUELLER, que com dedicação guiou e incentivou a etapa mais árdua das minhas atividades acadêmicas durante todo o desenvolver do trabalho final.

À assistente social do Programa Centro de Aprendizagem Profissional (CeAP) IDES/Promenor, instituição onde realizei o estágio, a partir do 6º semestre, meus sinceros agradecimentos, por estar sempre profissionalmente conduzindo, auxiliando e apoiando minhas atividades.

À supervisora Sandra Mara Reitz Sardá, da Ouvidoria da Saúde, muito obrigado pela atenção e ajuda para a realização deste trabalho.

À professora Luciana Ronconi, por aceitar participar da banca examinadora.

Agradeço a toda minha família, por estar sempre ao meu lado, pela confiança e amor, sem os quais este trabalho não teria chegado ao fim.

Aos meus amigos e amigas de todas as horas que tanto me incentivaram na realização deste trabalho: Aninha, Odete, Carlinha, Carol, Ellen, Gabi, Aline, Paulo, Gisele, Dani, Luana, amigas de Santana do Livramento e muitos outros, que contribuíram nesta trajetória de alguma forma.

Em especial a minha grande colega Claudia Guarezi, que muito me incentivou e ajudou na realização deste trabalho, que durante a vida acadêmica partilhou comigo

momentos que jamais esquecerei, dando-me força e proporcionando-me alegrias.

A todos que participaram, diretamente ou indiretamente, deste trabalho, tornando possível o alcance dos resultados almejados.

PROTEÇÃO AO TRABALHO ADOLESCENTE

*DE PROTEÇÃO AO TRABALHO ADOLESCENTE
RESPEITO E LIBERDADE O FUTURO DIFERENTE
DE PROTEÇÃO AO TRABALHO ADOLESCENTE
DE PROTEÇÃO DE PROTEÇÃO*

*A IRREGULARIDADE QUE AFETA O NOSSO TEMA
CRIANÇA TRABALHANDO ESSE É O PROBLEMA
MÃO DE OBRA EXPLORADA
CRIANÇA CASTIGADA
AO INVÉS DE ESTAR NOS LIVROS ESTÁ PEGANDO NA ENXADA
TEM QUE SE CIVILIZAR
PRO FUTURO MELHORAR
CULTURA E LAZER AO PROCESSO ESCOLAR
ADEQUAÇÃO AO TRABALHO ADOLESCENTE É A META
UNIDOS NESSA LUTA PRA FAZER AS COISAS CERTAS
É HORA DE MUDAR CONSCIENTIZAR A SOCIEDADE
LIBERDADE E RESPEITO E A DIGNIDADE
ASSIM EU SIGO EM FRENTE PEDINDO UMA SÓ VOZ
IGUALDADE E LIBERDADE PERTENCEM A TODOS NÓS*

*DE PROTEÇÃO AO TRABALHO ADOLESCENTE
RESPEITO E LIBERDADE O FUTURO DIFERENTE
DE PROTEÇÃO AO TRABALHO ADOLESCENTE
DE PROTEÇÃO DE PROTEÇÃO*

*DE PROTEÇÃO AO TRABALHO ADOLESCENTE
DIGA NÃO A EXPLORAÇÃO DE CRIANÇAS INOCENTES
É O NOSSO COMPROMISSO
NOS TEMOS QUE LUTAR
CONTRA TODO O TRABALHO NAS MÃOS DE UMA ENXADA
TAMANHA CRUELDADE A MÃO-DE-OBRA EXPLORADA
ADOLESCENTES SEM ESTUDO SEM ACESSO A EDUCAÇÃO
TRABALHANDO OPRIMIDO SEM ESCOLHER PROFISSÃO
SÃO MILHARES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
QUE PROSPERAM UM FUTURO MELHOR E DIFERENTE
RESPEITO E LIBERDADE E ESCUTEM NOSSA VOZ
VAMOS JUNTOS NESSA LUTA ELA É DE TODOS NÓS*

*DE PROTEÇÃO AO TRABALHO ADOLESCENTE
RESPEITO E LIBERDADE O FUTURO DIFERENTE
DE PROTEÇÃO AO TRABALHO ADOLESCENTE
DE PROTEÇÃO DE PROTEÇÃO*

RESUMO

RODRIGUES, Aline Margareth Albornoz. 2004. 90f. **Avaliação de Impacto do Programa Centro de Aprendizagem Profissional (CeAP)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

Este Trabalho de Conclusão de Curso procura avaliar o impacto social do Programa Centro de Aprendizagem Profissional, tendo sido realizada uma pesquisa empírica, utilizando-se o método de abordagem qualitativo e quantitativo. Para alcançar os objetivos desta investigação, o estudo realizado caracterizou-se por ser do tipo exploratório e descritivo. A pesquisa empírica foi realizada no Centro de Aprendizagem Profissional tendo como sujeitos os adolescentes que cursavam os cursos profissionalizantes oferecidos pelo programa em questão. Aborda-se a importância de se realizar uma avaliação de impacto social do programa, analisando-se os dados da pesquisa com os adolescentes entrevistados. A real contribuição, que o programa oferece para a vida dos adolescentes, a partir de cursos, pode ser avaliada como mudanças positivas, tornando-os capacitados e qualificados para inserção no mercado de trabalho, confirmando a relevância dos benefícios que o programa oportuniza para estes jovens.

Palavras-chave: Avaliação de impacto, adolescente, mercado de trabalho

SIGLAS, ACRÔNIMOS E SIMILARES.

APP – Apoio de Pais e Professores

BESC – Banco do Estado de Santa Catarina

BRASIL TELECOM S.A. – Brasil Telecomunicações Sociedade Anônima.

CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

CeAP – Centro de Aprendizagem Profissional

CEFET – Centro de Educação Federal Tecnológico

CEIG – Centro de Educação Infantil Girassol

CDI – Centro de Desenvolvimento de Informática

CIEE – Centro de Integração Empresa e Escola

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

ELETROSUL S. A – Centrais Elétricas Sociedade Anônima

IEA – Instituto de Estudos Avançados

INFOSUL – Escola de Informática

IVA – Instituto Voluntários em Ação

LACEN – Laboratório Central

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MICROLINS – Centro de Formação Profissional

OG'S – Organizações Governamentais

ONG'S – Organizações Não Governamentais

PEAS – Programa Espaço Alternativo do Saber

PECIP – Programa de Educação Complementar e Iniciação Profissional

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIT – Programa de Iniciação ao Trabalho

PJT – Programa Jovem Trabalhador

PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis

PROMENOR – Sociedade Promocional do Menor Trabalhador

SDS – Secretária de Desenvolvimento Social Urbano do Meio Ambiente

SINE – Sistema Nacional de Empregos

TRACTBEL – Centro de Educação Tecnológica Energia

TRT – Telefonista Recepcionista Telemarketing

UDESC – Universidade Estadual de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina

UNIVALI – Universidade do Vale de Itajaí

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Organograma da Instituição	23
Ilustração 2 – Sexo dos entrevistados.....	61
Ilustração 3 – Idade dos entrevistados	62
Ilustração 4 – Localidade onde residem os entrevistados	62
Ilustração 5 – Com quem residem os entrevistados	64
Ilustração 6 – Escolaridade dos entrevistados	67
Ilustração 7 – Cursos realizados pelos adolescentes	69
Ilustração 8 – Contribuição do Programa para os entrevistados	70
Ilustração 9 – Adolescentes/Mercado de Trabalho	71
Ilustração 10 – Referente à Carteira de Trabalho	73
Ilustração 11 – Efetividade dos cursos para qualificação profissional	75
Ilustração 12 – Continuidade dos cursos do CeAP	77
Ilustração 13 – Importância dos Cursos CeAP	77
Ilustração 14 – Indicação dos Programa para outros adolescentes	79

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
SIGLAS, ACRÔNIMOS E SIMILIARES.....	8
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	10
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	14
1. A INSTITUIÇÃO IRMANDADE DO DIVINO ESPÍRITO SANTO (IDES)/ SOCIEDADE PROMOCIONAL DO MENOR TRABALHADOR (PROMENOR)	14
1.1 RESGATE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO PROMENOR	14
1.1.1 Histórico da Irmandade do Divino Espírito Santo (IDES).....	19
1.2 CARACTERIZAÇÃO DA IDES/PROMENOR	21
1.2.1 Programas Desenvolvidos pela IDES/Promenor.....	24
1.2.2 Dinâmica da Instituição.....	30
1.2.3 Perfil dos usuários da Instituição:	31
1.3 INSERÇÃO SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO	32
1.3.1. Intervenção Profissional do Serviço Social.....	34
CAPITULO II.....	37
2 CENTRO DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL (CEAP).....	37
2.1 A REESTRUTURAÇÃO DA PROMENOR /PROGRAMAS	37
2.2. A TRAJETÓRIA DO PROGRAMA CEAP E SUA NOVA ATUAÇÃO	41
2.3. O SERVIÇO SOCIAL NO CEAP:	44
2.4. FLUXOGRAMA DO CEAP	46
CAPÍTULO III	48
3 AVALIAÇÃO DO IMPACTO SOCIAL	48
3.1 JUSTIFICATIVA DA REALIZAÇÃO DA PESQUISA EMPÍRICA	51
3.2 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA DAPESQUISA.....	53
3.2.1 Natureza da Pesquisa.....	54
3.2.2 Caracterização da pesquisa.....	55
3.3 POPULAÇÃO/SUJEITOS.....	58
3.3.1 Trajetória da Pesquisa	59
3.3.2 Limites de Pesquisa	60
3.4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	61
3.4.1 Sugestões para o Programa CeAP	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
ÂPENDICES.....	86

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo avaliar o impacto social do Programa Centro de Aprendizagem Profissional (CeAP), da Instituição IDES/PROMENOR, visando ampliar os conhecimentos e compreender mais especificamente o programa em questão, desde sua implantação, que ocorreu no ano de 1999, investigando em que ele contribuiu para a formação dos adolescentes que ali realizaram seus cursos até dezembro de 2003.

A escolha do referido tema e programa deve-se ao fato dele ter sido o local de estágio obrigatório e não obrigatório da pesquisadora, a partir da 6ª fase do curso de Serviço Social, que a instigou a realizar uma pesquisa direcionada à avaliação do Programa CeAP. A propósito, não há como negar que com o passar dos anos tem sido reconhecida a importância de se avaliar programas e projetos sociais. E, neste sentido, convém ressaltar a relevância do estudo realizado, haja vista que foi a primeira vez que se realizou a avaliação de impacto do Programa CeAP desde a sua implantação.

No que se refere aos procedimentos metodológicos adotados, para o presente estudo foi elaborada uma pesquisa exploratória junto aos adolescentes que realizaram os cursos oferecidos no CeAP, utilizando-se como instrumental de coleta de dados a entrevista. E, em relação ao referencial teórico, utilizou-se a pesquisa documental e bibliográfica.

Quanto à estrutura do trabalho, pode-se afirmar que está dividida em três capítulos: no primeiro capítulo se apresenta o resgate histórico da IDES/PROMENOR, a caracterização, a dinâmica, os programas desenvolvidos, o perfil dos usuários e o Serviço Social nesta instituição, privilegiando-se a trajetória da mesma.

No segundo capítulo, situa-se o Programa CeAP, apresentando sua reestruturação, trajetória e fluxograma, como também a inserção do Serviço Social

No terceiro capítulo, está a posterior exposição da metodologia da pesquisa e a conseqüente análise dos dados.

Na seção, Considerações Finais, apresenta-se uma síntese das reflexões trabalhadas neste estudo, bem como os resultados da pesquisa.

Por fim, entende-se que com o estudo realizado nesta direção não se pretende esgotar a discussão ora retratada, mas, sobretudo, contribuir com o debate sobre o tema, através de uma avaliação teórica que possibilite novas avaliações de impacto que, por sua vez, possam ampliar e aprimorar as ações desenvolvidas na instituição pesquisada.

CAPÍTULO I

Este capítulo inicialmente contempla o resgate histórico da IDES/Promenor, apresentando sua caracterização e dinâmica, programas desenvolvidos e o perfil dos usuários atendidos. Na sequência, descreve-se a respeito da inserção e intervenção do Serviço Social nessa instituição.

1. A INSTITUIÇÃO IRMANDADE DO DIVINO ESPIRÍTO SANTO (IDES)/ SOCIEDADE PROMOCIONAL DO MENOR TRABALHADOR (PROMENOR)

1.1 RESGATE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO PROMENOR

A Promenor começou suas ações, em julho de 1971, tendo como principal objetivo a prevenção da marginalização do “menor”, oferecendo-lhe oportunidades de desenvolvimento integral (saúde, educação, alimentação, etc).

No início de suas atividades, a Promenor não possuía espaço físico próprio e para dar conta de realizar suas ações precisou ocupar a sala de uma sauna localizada no Quartel da Polícia Militar do Estado. Apesar do lugar ser considerado impróprio, ali a Promenor atendeu crianças e adolescentes do sexo masculino até novembro de 1971, realizando reuniões para orientação sobre os objetivos da instituição, obtenção de documentos (carteira de identidade e de trabalho, alvará de licença, etc.), exames médicos e odontológicos.

A Promenor deslocou-se para a Avenida Beira-Mar Norte, em novembro de 1971, vindo depois a ocupar uma garagem de barco, cedida por um membro da Comissão do Setor Menor da Capital (um dos setores do Juizado de Menores da época). Esse local foi devidamente reformado e mobiliado com doações de móveis do Juizado de Menores (como era denominado na época) e de pessoas da comunidade florianopolitana.

A nova sede, apesar da limitação do espaço, proporcionou melhores condições de atendimento e acompanhamento das necessidades dos “menores” como: atenção, escolarização, alimentação, material escolar e oferta de trabalho. Nesse momento, a Promenor já atendia 35 crianças e adolescentes do sexo masculino.

Nesse mesmo período, houve a iniciativa por parte dessa instituição de encaminhar essas crianças e adolescentes (sexo masculino) para trabalharem como jornaleiros e a implantação do Programa do Menor Engraxate. Além disso, também foi oferecido um curso de jardinagem, porém ambas as tentativas não despertaram o interesse deste público específico, devido à baixa remuneração que as atividades proporcionavam.

A Promenor foi reconhecida como de utilidade pública municipal (Lei 1048), em dezembro de 1971, e, em 1º de abril de 1972, foi reconhecida como de utilidade pública estadual (Lei 4.705), o que contribuiu para uma melhor realização das atividades da instituição diante das diversas instâncias de poder que se apresentavam.

Cabe ressaltar que, em 1972, foi encaminhado pela Promenor o primeiro jovem ao mercado de trabalho para exercer a função de *office-boy* no Banco do Estado de Santa Catarina (BESC). A propósito do projeto para *office-boys* e engraxates desenvolvidos pela instituição, houve um aumento na procura dos jovens para nele serem inseridos, fazendo-se necessário uma nova sede para viabilizar a continuidade e qualidade do atendimento prestado.

Em 30 de junho de 1972, de acordo com a Lei 4.742, a Promenor recebeu como doação do Governo do Estado de Santa Catarina um terreno próximo ao Palácio do Governo, localizado no bairro Agrônômica, que foi utilizado para a construção da primeira sede própria da instituição. Neste sentido, pode-se afirmar que o repasse desse terreno à instituição veio retirar do Estado parte da sua responsabilidade social:

A colaboração entre o público e o privado, assim, não pode ser entendida como transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade, risco hoje fortemente existente, o que evidencia por alguns fenômenos como a

proliferação de organizações não-governamentais, que reforçam ‘uma lógica’ sociedade em detrimento de uma lógica do Estado, além do forte apelo ao princípio da solidariedade e ao trabalho voluntário como fundador das relações sociais. As entidades assistenciais devem atuar como colaboradoras e não substitutas da ação governamental, sob o risco de vivenciarmos um retrocesso nos avanços conquistados e garantidos na legislação e instituímos um processo de refilantropização das políticas sociais de modo geral e da assistência social, mais especificamente (YAZBEK, 1993 apud FERREIRA, 2000, p. 146).

Em março de 1973, vieram a instalar-se, neste terreno doado, 60 crianças e adolescentes. Nessa época, a Promenor funcionava em regime de semi-internato, com realização de atividades no horário de 7 às 18 horas, para crianças e adolescentes, entre 7 e 18 anos, carentes e muito necessitados.

Apesar da crise instaurada na Promenor, uma programação intensa estava sendo desenvolvida graças à busca de alternativas financeiras. A ênfase era dada aos seguintes programas e projetos: Programa Educação, Programa de Saúde, Programa Recreação, Programa Trabalho.

Durante o ano de 1975, iniciou-se uma fase difícil da Promenor. O fim do mandato do governador Colombo Salles resultou em grande corte de verbas, surgindo sérias dificuldades para a manutenção da organização. Em dezembro desse mesmo ano, a Promenor encerrou suas atividades e somente pôde reiniciá-las em março de 1976, após o lançamento de campanhas de sócios (pessoas que se associaram à instituição com o mesmo objetivo), destinadas a angariar fundos para a própria manutenção.

Em 1977, a crise financeira pela qual passava a instituição tornou-se insustentável, uma vez que havia muitos programas e poucos recursos para mantê-los. Diante deste fato, a diretora da Promenor, a Sra. Maria Tereza Bandeira Maia, procurou a irmandade do Divino Espírito Santo (IDES), instituição civil de caráter religioso e assistencial, mantenedora de outros dois programas – Jardim Girassol e o Lar São Vicente de Paulo – e apresentou a situação em que a instituição se encontrava. Como consequência, em maio do mesmo ano, a

Promenor passou a ser mantida e administrada pela IDES, que se comprometeu a investir e dar continuidade aos trabalhos até então desenvolvidos.

A Promenor continuou sua trajetória no atendimento de crianças e adolescentes, alicerçada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8069, de 13 de junho de 1990, que foi criado para regulamentar os artigos 227 e 228 da Constituição Federal. De acordo com Brasil (1996), na Constituição de 1988, art. 227 e art. 228, é afirmado que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Art. 227).
São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

Essas leis são responsáveis pelo redirecionamento da questão da infância e da adolescência, buscando a consolidação de uma nova concepção, sem discriminação de raça, cor ou classe social, na perspectiva de cidadãos em desenvolvimento. Percebe-se que a sociedade deixou de ser vítima do “menor” e passou a ser responsável pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, criando as condições necessárias para seu integral desenvolvimento. No que se refere à questão do Direito à Profissionalização e à Proteção do Trabalho para as crianças e adolescentes, o Estatuto destina o capítulo V, artigos 60 a 69, como se pode verificar abaixo:

Art.60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

Art.61 A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta lei.

Art.62. Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor

Art.63. A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

- I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;
- II-atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;
- III - horário especial para o exercício das atividades.

Art.64. Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de

aprendizagem.

Art.65. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Art.66. Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

Art.67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é vedado trabalho:

I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;

II - perigoso, insalubre ou penoso;

III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

IV - realizado em horário e locais que não permitam a freqüência à escola.

Art.68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

§ 1º- Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educativo prevalecem sobre o aspecto produtivo.

§ 2º-A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o trabalho educativo.

Art.69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990, p. 23-25).

Esses artigos estabelecem a regularização e proteção do trabalho e o direito à profissionalização, reafirmando que os adolescentes têm seus direitos e devem conhecê-los para poder ter condições de exigir e, sobretudo, assegurar seus direitos trabalhistas e previdenciários, procurando decidir e receber a forma mais adequada de aprendizado e de capacitação profissional no mercado de trabalho.

Retomando o processo histórico, no ano de 1991, a instituição iniciou uma grande reforma em seu espaço físico e precisou ficar provisoriamente instalada num prédio cedido pela Fundação Vidal Ramos, na rua Victor Konder, nº 321. Dois anos após, em 1993, a Promenor retornou a sua sede e já atendia um total de 300 crianças e adolescentes.

A seguir, apresenta-se o resgate histórico da IDES.

1.1.1 Histórico da Irmandade do Divino Espírito Santo (IDES)

A Irmandade do Divino Espírito Santo (IDES), fundada em 1773, é uma organização, filantrópica, católica, assistencial, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Florianópolis. Em 1910, iniciou suas atividades sociais com o abrigo denominado, Lar São Vicente de Paulo. Em 1977, criou o Jardim de Infância Girassol e, nesse mesmo ano, incorporou a Sociedade Promocional do Menor Trabalhador (Promenor).

A IDES é gerenciada por uma diretoria de voluntários. Sua missão é atuar na assistência e formação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e econômica, buscando o desenvolvimento social. Esse é um dos critérios exigidos pela instituição para que as crianças e adolescentes sejam inseridos na Promenor. Assim, percebe-se que a instituição ao fazer a seleção acaba por excluir também as crianças e adolescentes que necessitam do atendimento, porém adota tal procedimento devido à grande procura e por não ter condições de atender a todos. Sendo assim, conclui-se que há uma grande demanda que fica excluída do acesso aos programas da Promenor.

A respeito do exposto, convém resgatar as palavras da Faleiros (2000, p. 54), quando o mesmo afirma que:

Para política social, este conjunto de tendências e contratendências, que constituem o capitalismo tardio, traz conseqüências importantes. O desemprego estrutural acena para o aumento de programas sociais. A política educacional, apesar do fundo criado, não tem conseguido garantir vagas para todos no ensino fundamental e melhorar a qualidade do ensino, onde continuam altos os índices de evasão e repetência. O setor privado tem cobrado caro pelo ensino. O modelo neoliberal visa estimular as pessoas a se sustentarem pelo trabalho e não pelos benefícios, mesmo numa conjuntura de desemprego.

Em função da expressiva solicitação de usuários para a inserção nos programas desenvolvidos pela instituição, acredita-se que deveria haver outras com o mesmo objetivo em

Florianópolis, cuja atuação possibilitasse a oferta de serviços na perspectiva do direito universal, não excluindo nenhuma criança e adolescente e, ao mesmo tempo, cobrando a responsabilização do Estado diante dos inúmeros problemas sociais existentes. Observa-se, portanto, a extrema importância da inclusão dessas crianças e adolescentes em programas sociais, uma vez que o alto índice de pobreza, de violência, de más condições de habitabilidade e de baixa escolaridade é facilmente visível nas populações de baixa renda.

Com relação à sustentabilidade da instituição, pode-se dizer que hoje um dos eventos mais famosos e mais rentáveis desta Irmandade é a Festa do Divino. Nela, além de se realizar o culto ao Divino Espírito Santo (característica marcante por ser uma instituição católica), tem-se também uma grande fonte de sustentação financeira.

A festa do Divino Espírito Santo teve sua origem em Portugal, tendo sido estabelecida pela Rainha Izabel, casada com o Rei D. Diniz, por volta do século XIV. O culto em louvor ao Divino Espírito Santo, celebrado principalmente na Ilha de Santa Catarina e nos municípios litorâneos, é uma tradição secular transmitida pelos açorianos que chegaram a Florianópolis no século XVIII.

Atualmente dada a sua evolução e repercussão, a IDES/Promenor tem na Divina Festa do Divino um pilar de sustentação financeira para a manutenção dos programas de atendimento oferecidos a 1100 crianças e adolescentes da Grande Florianópolis.

Em 1998, por ocasião do centenário do Colégio Coração de Jesus, a Diretoria da Irmandade formaliza o convite a esta instituição para se tornar festeiro da Festa do Divino. O colégio aceitou o convite e, a partir de então a festa passou por uma notável transformação, priorizando critérios de alta qualidade e beleza. O evento em sua nova versão obtém anualmente a receptividade absoluta da comunidade florianopolitana, cujas famílias, relembrando os velhos tempos, reúnem-se em meio aos amigos na praça para vivenciar a festa e resgatar a expressão cultural açoriana reverenciada.

Terminada esta etapa, apresenta-se na seqüência a caracterização da instituição IDES/Promenor.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DA IDES/PROMENOR

Como relatado anteriormente, a IDES foi criada em 10/06/1773, tendo suas atividades sociais sido iniciadas em 1910. A Promenor, criada em 12/07/1971, foi incorporada pela IDES em 1977, em função da crise financeira que a referida instituição estava passando.

A Missão da IDES/Promenor é atuar na assistência e na formação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, visando promover a cidadania e o desenvolvimento social. A instituição é do tipo filantrópica, beneficente e assistencial. Sua área de abrangência é a cidade de Florianópolis. Atualmente localiza-se na Avenida Hercílio Luz, nº 1249 A, Centro, Florianópolis e tem como Provedor/Presidente o Sr. Washington Luiz do Valle Pereira.

As normas de organização interna são estabelecidas pela Diretoria, e cada programa possui um regimento interno que estabelece normas específicas. Com relação a seu organograma, o qual será apresentado na seqüência, pode-se afirmar que a instituição segue uma hierarquia, que se estabelece com a Diretoria Executiva, Coordenação Técnica e Administrativa, coordenadores dos programas e colaboradores.

A equipe que constitui a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal da IDES/Promenor é formada por voluntários que, por sua vez, gerenciam a diretoria por um período de dois anos. Atualmente é composta pelos seguintes membros: Provedor - Washington Luiz do Valle Pereira; Vice Provedor - Luiz Carlos de Oliveira Gomes; Diretor de Secretaria - Roberto Zumblick Filho; Diretor de Tesouraria - José Lamir dos Santos; Diretor Social e Ambiental - Izabel Carolina Martins Campos; Diretora de Promoções e Eventos - Elizabete Mussi Stefan

Oliveira; Diretora de Assuntos Religiosos - Selma Palma Ribeiro; Diretor de Patrimônio – Walmor Gomes Soares Filho; Diretor Jurídico - Luciano Lima.

Na próxima seção, descreve-se a respeito dos programas existentes na IDES/Promenor.

Organograma da Instituição

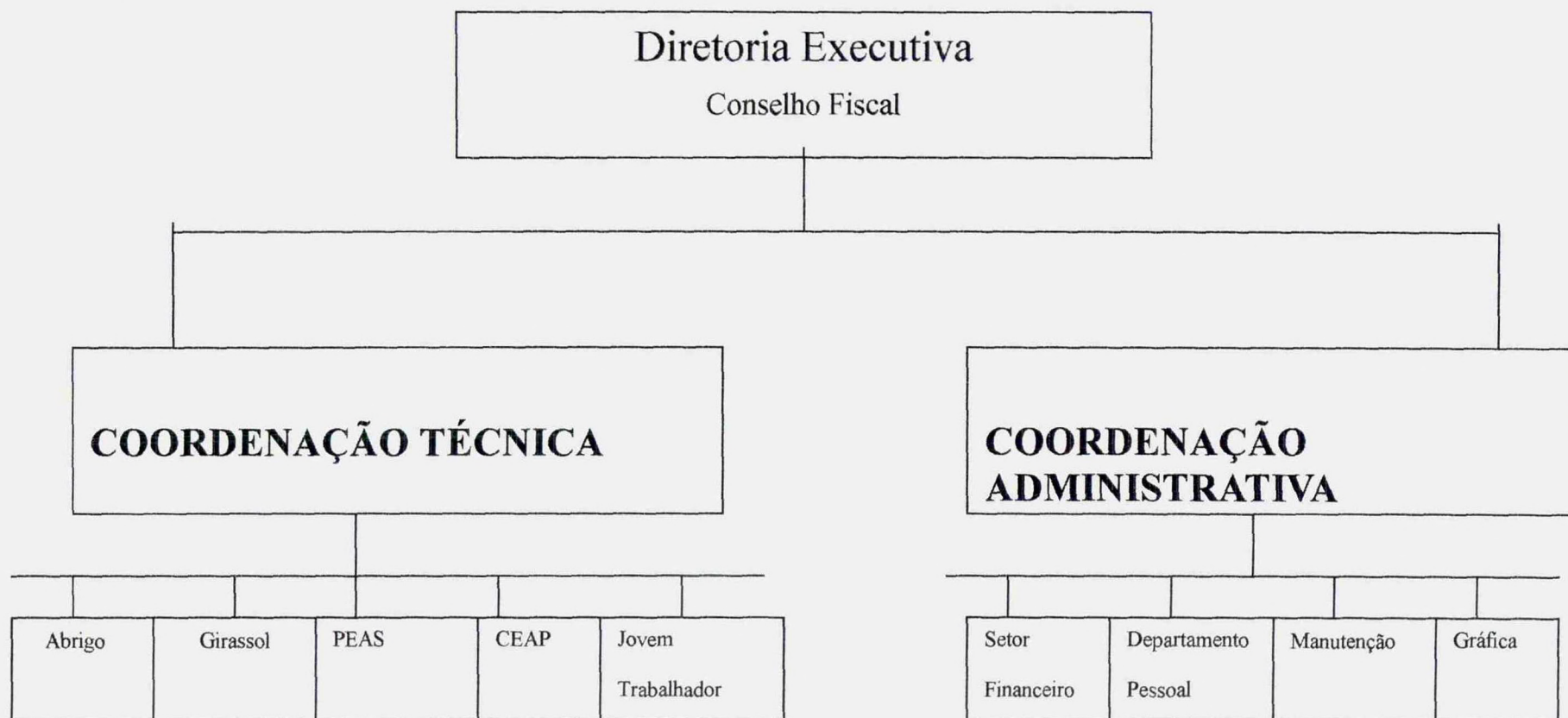


ILUSTRAÇÃO 1: ORGANOGAMA DA INSTITUIÇÃO

FONTE: INFORMAÇÃO ORAL, COORDENADORA TÉCNICA DA IDES/PROMENOR (2004).

1.2.1 Programas Desenvolvidos pela IDES/Promenor

Atualmente existem cinco programas que são desenvolvidos na instituição IDES/Promenor e cada um contempla uma demanda diferenciada, mas todos partem do mesmo princípio, que é promover a cidadania de crianças e adolescentes. Cabe salientar que o programa em destaque no presente estudo é o Centro de Aprendizagem Profissional (CeAP), pois foi nele que ocorreu todo o estágio obrigatório curricular da pesquisadora .

Os cinco programas da instituição possuem diferentes responsáveis, ou seja, cada um tem seu respectivo coordenador, como se verifica na seqüência:

- 1) Abrigo Lar São Vicente de Paulo – Elisabete Galvão (assistente social);
- 2) Centro de Educação Infantil Girassol (CEIG) - Salete Maria Gama (pedagoga);
- 3) Programa Espaço Alternativo do Saber (PEAS) - Marize Lima Mazzuco (assistente social);
- 4) Centro de Aprendizagem Profissional (CEAP) – Auda Tereza Dadam (assistente social);
- 5) Programa Jovem Trabalhador (PJT) - Karine Oara Zubatch (assistente social).

1) Abrigo Lar São Vicente de Paulo

Este programa tem como objetivo principal acolher crianças de ambos os sexos, na faixa de 0 a 6 anos, que foram violados em seus direitos, através de atendimento integral, visando a sua reintegração familiar. A capacidade de atendimento é de 25 crianças, as quais são normalmente vítimas de maus-tratos, de abandono, de abuso sexual e de mendicância, além de serem extremamente pobres e/ou filhos de pais dependentes químicos. São encaminhadas pelo Conselho Tutelar ou pela Justiça da Infância e Juventude e atendidas 24 horas ininterrupta. Por terem saúde física e emocional fragilizadas, o custo para manutenção

do Programa é elevado.

2) Centro de Educação Infantil Girassol (CEIG)

Atende crianças de ambos os sexos, na faixa etária de 2 a 6 anos, moradores da Grande Florianópolis e objetiva contribuir para a formação pessoal, psicossocial e educativa de seus usuários através de vivências pedagógicas. O CEIG tem como parceiros a Prefeitura Municipal de Florianópolis; o curso de Odontologia da UFSC, que faz os ensinamentos de higiene e educação bucal, mostrando as crianças a importância que se deve ter com seus dentes; o curso de Biblioteconomia da UDESC; o curso de Magistério do Instituto Estadual de Educação; o Colégio Coração de Jesus; a Escola Santa Catarina; a Escola Dinâmica; o Educandário Imaculada Conceição e a Ação Social Imaculada Conceição.

No programa, há parques de diversão, uma sala chamada brinquedoteca, quadras de esporte contendo em seu piso diversos desenhos de amarelinha (jogo infantil), desenhos de formas geométricas, entre outros. Vale ressaltar que o espaço físico do programa é voltado para a realização de atividades recreativas e pedagógicas, priorizando as brincadeiras e o lúdico como primordial no processo de desenvolvimento psicossocial.

3) Programa Espaço Alternativo do Saber (PEAS)

O PEAS tem como objetivo construir um espaço pedagógico e prazeroso, no qual as crianças e adolescentes possam desenvolver habilidades conceituais e pessoais que levem a fazer diferença no ambiente em que vivem.

Este programa está localizado no Bairro Agrônômica e tem como meta atender a 150 crianças e adolescentes, de 07 a 14 anos, no período matutino e vespertino, de acordo com o período que frequentam a escola.

O programa PEAS atende crianças e adolescentes encaminhados pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) para cumprir a jornada ampliada por ele exigida (em um dos períodos a criança vai a escola e no outro frequenta uma atividade extra classe).

Um grande número de crianças e adolescentes vive em situação de pobreza no Brasil devido ao sistema político-econômico que gera o desemprego familiar, levando as crianças e adolescentes trabalharem em atividades que impedem os mesmos a desfrutarem da infância, dificultam o desenvolvimento e provocam danos físicos ou psicológicos, como resultado, o trabalho infantil perpetua situações de desfavorecimento e de exclusão social. Ao impedir a escolarização e/ou prejudicar o aproveitamento escolar das crianças limita a obtenção de conhecimento e atitudes necessárias, para que, como adultos, possam contribuir para o crescimento econômico e para a prosperidade, retardando o desenvolvimento nacional (ILO, 2002 b, p. 138).

Sabe-se que o problema do trabalho infantil possui uma relação de causa e efeito muito forte com as situações de pobreza, desigualdade e exclusão social, embora outros fatores, como os de natureza cultural, decorrentes de formas tradicionais e familiares da organização econômica também são importantes.

A exploração do trabalho infantil vem sendo uma constante na história do desenvolvimento econômico do Brasil. As primeiras regulamentações do trabalho de menores datam de 1920 e estabeleciam a proibição do trabalho noturno aos menores de 18 anos e de todo e qualquer trabalho noturno aos menores de 14 anos. A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de 1943, acrescentou a proibição de contratação dos serviços de “menores” em condições insalubres, ou perigosas.

No Programa PEAS, as crianças e adolescentes participam das seguintes atividades didático-pedagógicas: a) atividades escolares, orientação às tarefas escolares, literatura, desenvolvimento da linguagem oral e escrita e atividades artístico-culturais, como grupo de canto, aulas de violão, teatro, artes, dança e capoeira; b) atividades esportivas, como escola de futebol, vôlei e jogos; c) atividades de integração com a natureza; d) atividades de interação grupal.

Esses atendimentos também contam com uma assistência odontológica preventiva, oferecida pela UFSC, através de seus alunos que estudam Odontologia e prestam trabalhos voluntários. Vale lembrar também que muitos dos materiais que compõem o consultório foram doados por empresas públicas e também privadas.

O ingresso e a vinculação dos voluntários nessa instituição realiza-se através do Instituto Voluntários em Ação com o qual possuem parceria. Os voluntários cadastram-se e logo após são treinados e encaminhados aos programas. Outros voluntários têm iniciativa própria ao procurar a IDES/Promenor, como é o caso dos estudantes de universidades particulares, que precisam prestar serviços voluntários para manter as bolsas de estudo e também para que cumpram o artigo 170 da Constituição Federal Brasileira, exposto abaixo.

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I- soberania nacional;
- II- propriedade privada;
- III- função social da propriedade;
- IV- livre concorrência;
- V- defesa do consumidor;
- VI- defesa do meio ambiente
- VII- redução das desigualdades regionais e sociais;
- VIII- busca do pleno emprego;
- IX- tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham uma sede e administração no País.

Parágrafo Único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei (BRASIL, 1996, p. 170).

Cabe mencionar que a missão do Instituto de Voluntários em Ação é sensibilizar e mobilizar a sociedade sobre o trabalho voluntário, motivando o engajamento comunitário e empresarial em ações que visem à solidariedade entre os catarinenses.

É importante salientar, todavia, que a questão do trabalho voluntário é muito complexa, pois muitas vezes dentro das entidades sociais se confunde a real contribuição dos voluntários, buscando-se apenas mão-de-obra gratuita para prestação de serviço. O voluntário,

de sua parte, vem em busca de aplicar seu trabalho na entidade ou contribuir para que ações sociais sejam efetivadas. Porém, seguidamente, acaba desenvolvendo funções para as quais seriam necessários trabalhadores contratados, ou seja, profissionais específicos. Deste equívoco, podem surgir desentendimentos que acarretam prejuízos à instituição. Hoje, o que se observa, é uma grande falta de compreensão da nova proposta do voluntariado, a qual se caracteriza pela solidariedade e pelo trabalho comunitário, além do compromisso e responsabilidade para com os órgãos em que os voluntários estão prestando o serviço. Por parte de alguns voluntários, o trabalho desenvolvido nem sempre é de qualidade, em função da falta de conhecimento e de capacitação, o que por sua vez pode provocar desentendimentos e problemas na instituição.

4) Centro de Aprendizagem Profissional (CEAP)

Este programa tem por meta propiciar um espaço de aprendizado ao adolescente e familiares, a partir de 14 anos, visando à formação e desenvolvimento do cidadão para a sua posterior inserção no mercado de trabalho.

O programa foi criado após a mudança de idade de encaminhamento dos adolescentes ao mercado de trabalho (Emenda Constitucional nº 20), já que esses jovens ficaram desassistidos pelas políticas públicas. Com essa mudança instituída a partir da Emenda Constitucional nº 20, permitiu-se ao adolescente trabalhar com garantia de direitos trabalhistas, regulados por legislação especial, sendo proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz. O CeAP propõe cursos para aprendizagem e capacitação profissional, oportunizando adequação às novas mudanças e exigências do mercado de trabalho. O programa atualmente oferece cursos de informática básica, inglês, espanhol, montagem e manutenção de computadores, empreendedorismo e capacitação para o primeiro emprego.

Faz-se necessário relatar, neste momento, que no desenvolvimento do segundo capítulo do presente estudo encontram-se informações mais detalhadas referente ao programa CeAP.

5) Programa Jovem Trabalhador (PJT)

O Programa Jovem Trabalhador tem por objetivo promover a capacitação, a inserção e o acompanhamento de adolescentes de 16 a 17 anos e 11 meses, de ambos os sexos, preferencialmente de baixa renda, através de parcerias e integração no mercado de trabalho, garantindo direitos trabalhistas, visando ao seu crescimento, melhoria das condições de vida e cidadania.

O público usuário do programa é constituído de adolescentes de ambos os sexos, provenientes da Grande Florianópolis. O programa possui convênio com empresas de economia mista, pública e privada, nas quais os jovens prestam serviços como *office-boys/girl*, recepcionista e de informática. Todos os encaminhados possuem curso de capacitação profissional e recebem treinamento antes de serem admitidos e avaliados periodicamente no seu local de trabalho. Também participam de encontros de formação, no sentido de ampliar sua capacitação, postura e relacionamento, bem como de atividades esportivas, recreativas e de lazer. A escolaridade é obrigatória até completar o segundo grau, e a desistência escolar implica em desligamento do programa. Realizam-se ainda encontros com os familiares dos adolescentes atendidos para que os pais conheçam a instituição e participem do processo de motivação e incentivo dos seus filhos para a vida profissional.

Os adolescentes podem participar dos cursos oferecidos pelo CeAP. Na seqüência, é exposta a dinâmica da instituição IDES/Promenor.

1.2.2 Dinâmica da Instituição

A dinâmica da instituição segue os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Lei Orgânica da Assistência (LOAS) e é formulada de acordo com a necessidade de cada programa, considerando o usuário atendido, sendo reformulada sempre que se fizer necessário.

Toda mediação do programa é acompanhada pelo Juizado da Infância e Adolescência. Já a relação interna com os usuários é direta no que se refere aos coordenadores, técnicos e educadores. A diretoria em geral se relaciona mais com os coordenadores, e a conexão da instituição com órgãos governamentais e privados, conselhos, entre outros, é feita pelos técnicos.

Ocorre, também, uma relação de parceria com organizações que atendem ao mesmo público, devido ao número restrito de vagas. Quando esse número é excedido, tenta-se transferir o usuário a uma diferente organização que tenha vaga ou ofereça os cursos procurados para adolescentes, visando sempre o melhor atendimento. É, por isso, que a instituição trabalha com parcerias em diversas organizações do terceiro setor, do setor público e privado.

A instituição participa do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, do Conselho Municipal de Assistência Social, do Fórum Contra o Trabalho Infantil, entre outros, e organiza seus projetos e programas em conformidade com a doutrina de proteção integral, visando contribuir para o atendimento de crianças e adolescentes, na medida em que essas são consideradas prioridades absolutas.

Na próxima seção, descreve-se o perfil dos usuários na instituição IDES/Promenor.

1.2.3 Perfil dos usuários da Instituição:

As demandas atendidas na instituição IDES/Promenor são de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, ou seja, negligência dos pais, maus-tratos, abandono, desemprego, pais que precisam trabalhar e não possuem local seguro para deixar os filhos, adolescentes com necessidades de qualificação profissional, busca do primeiro emprego, dificuldades financeiras, problemas de relacionamentos familiares, entre outras, cumprindo com o que dispõe o artigo 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, a respeito da proteção integral à criança e ao adolescente.

O perfil dos usuários atendidos pelos Programas da Promenor é composto de crianças e adolescentes, de 0 a 18 anos, de ambos os sexos, de baixa renda e em toda e qualquer situação de vulnerabilidade.

Cabe ressaltar, principalmente, que cada Programa que a instituição desenvolve atende a uma demanda diferenciada, mas todas visam a busca pela cidadania de crianças e adolescentes que, por um motivo ou outro, foram privados de viver com o mínimo de suas necessidades básicas previstas na Constituição Federal. Segundo Carvalho (2000, p. 197): “A fonte de criação do Conselho dos Direitos das crianças e adolescente é a lei”.

Destaca-se, na IDES/Promenor, a relação existente entre usuário/família e instituição. As famílias e os adolescentes participam de reuniões, encontros, avaliações e proposições, sendo consultadas na avaliação dos programas, visando sempre melhorar o atendimento ao usuário. O único programa que não pode ter esta participação é o Abrigo, porque são crianças de 0 a 6 anos e muitas não possuem familiares, o que impossibilita a troca entre “instituição, família e usuários”. De acordo com Carvalho (2000, p. 93),

A família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos. Independentemente das múltiplas formas e desenhos que a família contemporânea apresenta, ela se constitui num canal

de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais.

As crianças e os adolescentes são incentivados a participar de movimentos e atividades ligados a sua comunidade. Em função desse fato, verifica-se que o contato com os vizinhos e a comunidade propicia aos jovens mais confiança e responsabilidade. Como exemplos de locais, onde crianças e adolescentes poderão estar contribuindo junto à sociedade, pode-se citar: Associações de Moradores, Grupo de Jovens, Trabalho Voluntário, Grêmio Estudantil, APP, etc.

O discurso da exclusão não se limita a pregar a assistência, com ações emergências, ou, permanentes às populações empobrecidas, circunscritas na mera concessão de serviços. Busca olhar a realidade segundo o discurso da autonomia, ou seja, o da construção de novo sujeitos coletivos, capazes de participar no plano da vida política. Uma nova perspectiva política e pedagógica no horizonte da construção da cidadania. (TAKASHIMA, 2002, p. 33).

Verifica-se cada vez mais que é necessária a participação da população na construção da cidadania e na busca de direitos para não ser excluída da sociedade vigente, podendo assim reivindicar contra a pobreza, a vulnerabilidade, a negligência e o desemprego, entre outros, construindo juntos, usuários, instituição e Estado, uma perspectiva capaz de superar dificuldades e de promover a autogestão do cidadão.

1.3 INSERÇÃO SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO

O Serviço Social na IDES está presente desde 1961, quando este curso foi implantado em Florianópolis. Nesta época, o Serviço Social possuía basicamente características religiosas, visto que a religião Católica foi a precursora das ações sociais de cunho caritativo, intensificando a difusão do pensamento social da Igreja, organizando movimentos de ação

social e religiosa e voltando os esforços para as obras sociais. A assistência social era realizada pelas classes dominantes, através das damas da sociedade. Do ponto de vista ideológico, essa assistência era religiosa e moral como doação caritativa e desinteressada. A pobreza era considerada como fenômeno natural e por isso justificável.

O abrigo Lar São Vicente de Paulo foi o primeiro campo de estágio de Serviço Social na instituição e a estagiária, irmã Carmem Darci Whiznmann, assumiu posteriormente a direção do referido programa. Na Promenor, desde sua constituição, em 1971, o Serviço Social sempre esteve presente. A propósito, a maioria os programas da instituição são coordenados por assistentes sociais. Com relação ao campo de estágio, pode-se afirmar que o mesmo foi ampliado com o passar dos anos e atualmente existem estagiários em todos os programas desenvolvidos na instituição. Hoje o Serviço Social desempenha um papel de altíssima importância na instituição, já que os assistentes sociais têm certa autonomia para conduzir suas ações e assumem funções tanto de gerenciamento como de execução propriamente dita.

A coordenação dos programas é composta por assistentes sociais e pedagogos. Além disso, a equipe de cada programa constitui-se de assistentes sociais, um pedagogo, vários monitores (educadores, professores e recreadores), pessoal de serviços gerais e auxiliar administrativo. As decisões da coordenação técnica são tomadas juntamente com a Diretora de Assuntos Assistenciais, Coordenadora Técnica e com os Coordenadores dos Programas, em geral, nas reuniões técnicas. Realiza-se mensalmente uma reunião, na qual participam todos os envolvidos (Diretoria Executiva, Coordenadoria Técnica e Coordenadores dos Programas).

Os programas dispõem de uma infra-estrutura razoável, considerando que há necessidade de reconstruir o Centro de Educação Girassol, de reformar o Programa Espaço Alternativo do Saber e de terminar o prédio do Centro de Aprendizagem Profissional.

Como todas as organizações não governamentais, a Promenor é composta de uma equipe enxuta, não havendo o número de funcionários satisfatórios, ou seja, o número de funcionários que a Promenor dispõe é estudado e calculado para verificar sua real necessidade e possibilidade de existir na instituição.

As fontes de recursos são provenientes de alugueis, da Festa do Divino, de convênios firmados com a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), da Secretaria da Família, da subvenção social, ainda, assim, faz-se necessário mencionar que o Programa Jovem Trabalhador é auto-sustentado e o Centro de Aprendizagem Profissional arrecada alguns recursos provenientes do pagamento de cursos pelos alunos.

Ao longo dos anos, importantes alterações do Serviço Social na instituição Promenor são percebidas, como a criação da Coordenação Técnica, que antes não existia e que foi assumida por uma assistente social, Regina Panceri. Outras melhorias referem-se ao planejamento estratégico e operacional, à avaliação dos resultados das ações desenvolvidas, sendo assim o retorno para a Diretoria constante e intensificado. Além disso, aumentou a participação do assistente social nos Conselhos e Fóruns, bem como os campos de estágio foram ampliados. Por fim, o Serviço Social tem demonstrado a importância de sua atuação nos espaços de gerenciamento, superando a mera execução e a visão assistencialista.

1.3.1. Intervenção Profissional do Serviço Social

Os objetos de trabalho do Serviço Social são as questões sociais e, dentre elas, as que se relacionam à vulnerabilidade, desemprego, desamparo das crianças, formação pessoal e profissional, trabalho infantil, relacionamento interpessoal e familiar, manutenção na escola, etc.

Já os objetivos do Serviço Social estão concentrados na melhoria contínua; no atendimento de qualidade; na formação das crianças e dos adolescentes; no exercício da

cidadania; no desenvolvimento do ser humano, visando um processo de formação para a vida, que lhes possibilite a autodeterminação; na inserção no mundo do trabalho em condições de igualdade com outros adolescentes com melhores condições financeiras; na elevação da auto-estima e no aproveitamento de oportunidades.

A participação do profissional de Serviço Social na instituição é de suma importância, pois é ele quem formula, avalia, implementa e altera os projetos vinculados aos programas da IDES/Promenor, tendo como referência as mudanças no contexto social. Segundo Yamamoto (2001, p. 37):

Novas funções e competências estão sendo requisitadas e devem dispor para atuar na esfera de formulação e avaliação de políticas, assim como planejamento e gestão, inscritos em equipes interdisciplinares que tencionam a identidade profissional. Os Assistentes Sociais ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas à implantação de conselhos e políticas públicas (...).

O assistente social pode se inserir na área de gestão de pessoas e assumir outros postos gerenciais, porém, no caso específico da IDES/Promenor, percebe-se que ainda predomina uma visão preconceituosa da Diretoria da instituição em relação à ocupação de alguns espaços ocupacionais, cabendo salientar que o Serviço Social os vem gradativamente conquistando. Atualmente, é preciso ser alterada a visão gerencial da Diretoria, a qual sofreu um retrocesso nos últimos 3 anos em função de mudança de pessoas-chave, o Diretor Administrativo e o Coordenador Administrativo. Da mesma forma, há necessidade de se superar a dualidade entre a área administrativa e a área técnica, uma vez que se deve ter somente uma percepção entre as áreas para se obter resultados relevantes. É preciso, portanto, fazer com que a visão preconceituosa da diretoria administrativa desapareça, estabelecendo-se um perfil de profissionais para algumas áreas, como já vem sendo feito nos atuais programas, através das diferentes coordenações que se reúnem para entrar em um consenso e estabelecer o perfil necessário de cada programa.

O Serviço Social estabelece com os usuários da instituição um contato direto, porquanto, na maioria das vezes, é um profissional desta área que coordena os programas desenvolvidos. Quanto aos usuários, exceto no Abrigo (programa Lar São Vicente de Paulo), as famílias e adolescentes procuram espontaneamente os programas e passam a ser conhecidos na instituição desde o momento da inscrição ao serviço (ficha de inscrição) e posteriormente quando são admitidos (entrevista de admissão). A relação com os usuários é a mais próxima possível, até porque a maioria dos programas é de atendimento direto.

No que diz respeito aos documentos e registros profissionais mais utilizados na instituição, pode-se citar: ficha de inscrição, admissão, desligamento e acompanhamento, planejamento operacional semestral, seminário de avaliação semestral com entrega de relatório, registro de reuniões, relatórios semestrais para a Diretoria, elaboração de projetos e convênios. Cada programa realiza os registros específicos, que são transformados posteriormente em dados para os relatórios institucionais internos e externos.

Finalizada esta etapa, apresenta-se na seção subsequente o Centro de Aprendizagem Profissional (CeAP).

CAPITULO II

O presente capítulo discorre a respeito do Programa Centro de Aprendizagem Profissional (CeAP), descrevendo inicialmente a respeito da reestruturação da Promenor e de seus programas. Em seguida, a trajetória do CeAP é retratada, apresentando-se suas características e fluxograma. Por fim, é relatada a atuação do Serviço Social neste programa.

2 CENTRO DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL (CEAP)

2.1 A REESTRUTURAÇÃO DA PROMENOR /PROGRAMAS

Em janeiro de 1993, indicativos em nível técnico e administrativo foram levantados com o objetivo de se reconsiderar os trabalhos desenvolvidos na Promenor. Constatou-se que era necessário criar uma nova proposta para o Programa de Atendimento Integral, destinado às crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade.

Assim sendo, decisões de ordem estruturais foram tomadas pela Diretoria da IDES/Promenor, que, nesse mesmo ano, passa a desenvolver dois programas específicos: 1) Programa de Apoio Sócio-Familiar (antes denominado Programa de Atendimento Integral), com sede física na área da Agrônômica, voltado a crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos, do sexo masculino; 2) Programa Jovem Trabalhador, com sede física no centro de Florianópolis, direcionado a adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 14 a 18 anos. Cabe salientar que ambos os programas passaram a ter coordenação e equipes técnicas próprias.

A partir do exposto, foi implantado no Programa de Apoio Sócio-Familiar a proposta metodológica de Educação e Trabalho, através de oficinas de marcenaria, pintura em madeira,

confeção de bolas de futebol, além de atividades recreativas e estudo dirigido, situado no bairro Agrônômica.

Durante o ano de 1995, a Diretora da IDES/Promenor, juntamente com toda a equipe técnica dos programas, identificou que era preciso repensar os trabalhos até então desenvolvidos, pois o objetivo era reordenar as ações dos programas existentes.

Após ampla discussão, tanto da diretoria quanto da equipe técnica da instituição, resolveu-se optar pela ampliação do Programa de Apoio Sócio-Familiar, estendendo-se a mesma proposta de Educação e Trabalho para os usuários do Lar São Vicente de Paulo, que já atendia a faixa etária de 6 a 14 anos, em atividades de Educação Complementar, mais voltadas ao reforço escolar. Para atender ao público feminino, foram implementadas no Centro de Florianópolis oficinas de confeitaria, pintura em madeira, além de atividades recreativas e estudo dirigido.

O Programa de Apoio Sócio-Familiar passou então a se desenvolver em dois espaços físicos distintos: o primeiro espaço localizava-se no bairro Agrônômica (mais tarde tornou-se o Programa Espaço Alternativo do Saber - PEAS) e o segundo espaço localizava-se no Centro de Florianópolis (denominado posteriormente Centro de Aprendizagem Profissional - CeAP).

Nas oficinas do PECIP (no bairro Agrônômica - bola e marcenaria; no bairro Centro - pintura, bolachas, bordado e cerâmica), os grupos eram formados por idade: com as crianças era mais enfatizada a recreação e trabalhos com sucata, já os adolescentes participavam das oficinas de pintura em madeira e tecido, bordado, marcenaria e confecção de bolas de futebol. Cada monitor era responsável por um grupo de alunos, supervisionando as tarefas escolares e as atividades específicas e recreativas, permanecendo as crianças e adolescente, desta maneira, boa parte de seu tempo atendidos no programa.

Quanto ao critério de elevação progressiva da idade mínima de trabalho, o próprio processo histórico-legislativo brasileiro foi suficiente para demonstrar que a preocupação com

a elevação deste limite cresceu gradativamente ao longo dos anos e culminou com a promulgação da Emenda Constitucional de 15 de dezembro de 1998. Mas a riqueza da convenção número 138 não se esgotou na elevação progressiva dos limites de idade mínima para o trabalho. Este acordo foi mais além, ao vincular essa elevação a limites condizentes com as necessidades de pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes, e também, à garantia de acesso ao ensino público e gratuito. Assim, com a aprovação da emenda Constitucional nº 20, permitiu-se ao adolescente trabalhar com garantia dos direitos trabalhistas, somente com 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

Como, anteriormente a essa data, a lei permitia o trabalho a partir de 14 anos, a lacuna de 2 anos (correspondente ao período de 14 a 16 aos) fez com que o trabalho realizado pela PROMENOR fosse repensado e, por conseqüência, remodelado. Formou-se então uma comissão de profissionais da instituição, com a participação da coordenadora técnica e da assessora pedagógica, com o objetivo de avaliar e propor sugestões para o PECIP. Após várias reuniões e discussões, a comissão identificou como necessários os seguintes encaminhamentos:

- a) atender à faixa etária de sete a quatorze anos somente no bairro Agronômica, em função do espaço físico ser maior e propício para a recreação das crianças e adolescentes na realização de atividades artístico-culturais e didático-pedagógicas (atualmente atende-se crianças com 6 anos, desde que se encontre no primeiro ano do primeiro grau);
- b) atender a adolescentes a partir dos quatorze anos no espaço físico do PECIP, no Centro, iniciando-se o programa CeAP, com cursos de aprendizagem e capacitação, para que futuramente possam se inserir no mercado de trabalho.

Assim, foi realizado um trabalho de esclarecimento junto às famílias atendidas no Centro, para que as mesmas entendessem as mudanças que estavam ocorrendo nos programas,

uma vez que várias crianças e adolescentes estavam sendo encaminhados a outras instituições sociais, de acordo com a proximidade de sua moradia, e as demais ao núcleo da Agrônômica, que mais tarde passou a denominar-se Programa Espaço Alternativo do Saber.

Paralelamente, a equipe de trabalho participou de um curso de capacitação de quatro dias, objetivando, de forma participativa, o processo de construção da proposta político-pedagógica do programa. Esse curso forneceu subsídios para a elaboração dos objetivos, dos princípios metodológicos e das ações efetivas a serem desenvolvidas diante da nova proposta de atendimento. E, em 2 de agosto de 1999, o programa Espaço Alternativo do Saber iniciou o atendimento a cento e cinquenta e duas crianças e adolescentes, distribuídas em cinco grupos no período matutino e cinco grupos no período vespertino.

Nesse mesmo ano, iniciaram-se as atividades do CeAP, sendo oferecidos cursos de qualificação profissional para adolescentes, adultos e familiares, visando a posterior inserção no mercado de trabalho. Os cursos oferecidos eram os seguintes: informática, inglês, cabeleireiros, doces e salgados, panificação e capacitação ao primeiro emprego.

Se a sociedade global encontra-se marcada por mudanças radicais, entre elas, os fenômenos da interdependência, regionalismo, multilateralismo, governança sem governo, transnacionalismo, cosmopolitismo; quais as implicações desses impactos à cidadania? (ROSENAU, 2000 apud OLIVEIRA, 2002, p. 524)

Nesses desdobramentos, James N. Rosenau entende, que é provável também o desenvolvimento de novas dimensões a esse antigo instituto, a cidadania, que é perpassada por séculos de conquistas e também por inúmeras dificuldades (ROSENAU, 2000 apud OLIVEIRA, 2002, p. 524).

De acordo com Oliveira (2002), percebe-se que diante do novo quadro, marcado pela competitividade e alta tecnologia, prevalece a fragilidade do Estado e a dispersão do poder dos governantes, resultando na abertura do espaço público estatal a outros atores. Entre eles

pode-se citar: a difusão e alcance dos instrumentos ligados ao novo tipo de comunicação; a comunicação instantânea com o uso de computadores no local de trabalho; as instituições educacionais a distância e outros aspectos da era da informática; as conseqüências pós-industriais que transformam a visão dos indivíduos, internacionalizando-os, tornando suas identidades, comportamentos e culturas mais universais, diferente do mundo fechado e limitado pelas suas antigas fronteiras. Tais informações não podem ser ignoradas, visto que provocam transformações no comportamento dos cidadãos, dando-lhes uma direção mais cosmopolita.

Em função das mudanças apresentadas, observa-se cada vez mais a importância do aprendizado qualificado neste mundo de exigências e competitividades. Através do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), no seu já citado artigo 69, pode-se verificar os direitos do adolescente no que diz respeito à profissionalização.

2.2. A TRAJETÓRIA DO PROGRAMA CEAP E SUA NOVA ATUAÇÃO

O objetivo do programa é oferecer um espaço de capacitação visando qualificação, requalificação e aprimoramento ocupacional possibilitando uma melhor inserção no mundo do trabalho. O âmbito de atuação do programa dá-se na região metropolitana de Florianópolis.

A proposta pedagógica do programa parte da concepção de desenvolvimento, ensino e aprendizagem, por meio de um processo de construção e reconstrução constante do conhecimento, atuando nesse processo o meio social, a educação formal e informal do indivíduo. O CeAP proporciona um espaço de aprendizado e qualificação ao adolescente com idade a partir de 14 anos, visando à capacitação e ao desenvolvimento do cidadão, bem como a sua futura inserção no mercado de trabalho. Recorrendo-se a Desaulniers, (1993, p. 100),

tem-se que: “A qualificação expressa uma concepção ‘ética’ de profissão, envolvendo toda a personalidade, além da experiência profissional e das qualidades pessoais”.

Ainda, segundo Desaulniers (1993, p. 104):

Deve-se considerar no tocante do trabalho e educação algumas considerações que devem ser ressaltadas: Identificar a pertinência ou não de competência, a partir das mudanças tecnológicas e dos impactos na organização do trabalho; Considerar, através de estudos e pesquisas, a importância da formação escolar na constituição de trabalhadores qualificados e competentes para atuarem junto ao mundo do trabalho; Preconizar uma maior ‘permeabilidade institucional’ ao sistema escolar vigente, a fim de que propicie uma formação mais adequada (qualitativamente ou quantitativamente) às necessidades do mundo do trabalho. Ou seja, apontar a importância da formação escolar, relativizar as oposições entre o saber formal e informal e saber prático e teórico ou, ainda entre saber e saber-fazer, para assegurar algumas condições necessárias à construção de competência.

Neste sentido, o CeAP acredita na importância de, não só preparar o adolescente para o mercado de trabalho, mas, sobretudo, formar cidadãos, mostrando aos jovens que o novo perfil do trabalhador vai além das competências técnicas, e que a instituição elabora programações especiais, dinâmicas que despertem maior interesse pelos cursos. Diante das mudanças que estão ocorrendo no mundo globalizado, a intervenção do Serviço Social pretende proporcionar uma maior facilidade de conhecimento e integração aos adolescentes, orientando-os e motivando-os nos cursos e para o seu futuro no mercado de trabalho.

Com relação aos cursos oferecidos e ao seu tempo de duração, tem-se: informática básica a cada três meses; manutenção e montagem em equipamentos de informática a cada três meses, inglês a cada semestre, capacitação ao primeiro emprego a cada mês. O curso de orientação profissional e o de empreendedorismo ocorrem geralmente a cada semestre ou quando há voluntários para ministrá-los. Os cursos são realizados nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Já em relação às parcerias firmadas, pode-se citar as seguintes: Universidade Federal

de Santa Catarina (UFSC); Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL); Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); Instituto Estudos Avançados (IEA); Instituto Voluntário em Ação (IVA); Centro de Desenvolvimento de Informática (CDI); Centro de Integração Empresa e Escola (CIEE); The Language Co (Escola de Línguas); Associação Escola Oficina da Vida e Basic MD (Escola de Informática), e as novas parcerias são firmadas com a busca e interesse de parceiros para divulgação de trabalhos e colaboração para instituição.

As inscrições para os cursos são realizadas a cada trimestre, funcionando da seguinte forma: marca-se uma data prevista das inscrições para os cursos oferecidos pelo CeAP; os interessados procuram espontaneamente o programa; verifica-se se o adolescente está dentro dos critérios estabelecidos pelo programa, entre eles, a idade a partir de 14 anos para maioria dos cursos, ou 15 anos e 6 meses, que capacita para o primeiro emprego; verifica-se a documentação (carteira de identidade), comprovante de matrícula escolar e grau de escolaridade. Em seguida realiza-se a entrevista, o preenchimento da ficha de inscrição e, por fim, informa-se a data da realização dos cursos.

O processo de avaliação é feito de maneira individual, por curso, e o aluno deverá atingir a nota mínima 7, ter frequência mínima de 75% das aulas ministradas para obter aprovação e, por conseguinte, o recebimento do certificado.

O papel do coordenador do CeAP é coordenar a elaboração do plano anual do programa; zelar pela qualidade dos serviços prestados à comunidade; procurar integrar o trabalho de funcionários voluntários para a unicidade do trabalho realizado; zelar pelo patrimônio confiado ao programa; buscar contatos com voluntários que se disponham a assumir os cursos semestralmente; organizar junto com os voluntários a programação e o conteúdo dos cursos; participar das reuniões técnico-administrativas; participar de outras atividades da IDES/Promenor quando solicitado e representar a IDES/Promenor quando necessário.

No próximo tópico, aborda-se algumas questões referentes ao trabalho do assistente social no programa CeAP.

2.3. O SERVIÇO SOCIAL NO CEAP:

Na IDES/Promenor, o Serviço Social está presente desde o ano de 1961, quando o curso de Serviço Social foi implantado em Florianópolis. No programa CeAP, o Serviço Social atua desde que surgiu no ano de 1999.

Atualmente cabe ao assistente social do CeAP: prestar informações gerais e específicas sobre o programa; inscrever os adolescentes para os cursos; atender os adolescentes e familiares; organizar as turmas nos diferentes cursos de capacitação profissional; recepcionar cada novo grupo de alunos, apresentando-lhes os objetivos da organização da proposta de trabalho e dos objetivos de cada curso; acompanhar cada grupo de alunos nos aspectos motivação, interesse, frequência, aproveitamento e na utilização de dinâmicas; acompanhar as situações que exigem atendimento individualizado; analisar as situações que apresentam dificuldades de contribuir com o curso que o aluno realiza; incentivar e oportunizar a capacitação dos recursos humanos; participar de promoções e eventos; participar de treinamentos, seminários e cursos de capacitação profissional; elaborar toda a documentação encaminhada pelo programa; supervisionar e orientar os estagiários.

Destina-se ao papel dos estagiários do Serviço Social dentro do CeAP: conhecimento da organização; acompanhamento dos adolescentes, incentivos de ordem pessoal e profissional, frequência e notas dos cursos; acompanhamento dos professores e trabalho interdisciplinar com os profissionais das várias áreas, além da atribuição de realizar dinâmicas de grupos com os jovens. As atividades de rotina destinadas aos estagiários são: inscrições, telefonemas e recepção aos adolescentes e familiares.

Faz-se necessário afirmar que preparar profissionais é, antes de qualquer coisa, formar

cidadãos, cientes de que o novo perfil do trabalhador requer uma formação que vai além das competências técnicas. É preciso que o Serviço Social incentive os adolescentes, desenvolvendo uma série de atividades sócio-educacionais, trabalhando com eles a motivação, o compromisso, a responsabilidade, os cuidados físicos, a aparência para a qualidade de vida e para o exercício pleno de cidadania, uma vez que é nessa fase da vida que os jovens têm como um de seus problemas centrais a busca de sua identidade, na qual se inclui a identidade ocupacional.

Essa busca, que deveria acompanhar o processo de transição e de desenvolvimento, torna-se mais conflituosa em razão de problemas globais da atualidade e da falta de objetivos dos adolescentes para o futuro, pois é nessa fase que ocorrem as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e as cobranças em relação às diferentes expectativas familiares. Além do fato de hoje existir um grande número de profissões e, em contrapartida, não haver emprego para todos, o que implica em tornar o adolescente desmotivado e desinteressado, fazendo-o muitas vezes desistir de ser um bom trabalhador, forçando-o a ir parar as ruas ou até mesmo a se entregar às drogas e a trabalhos explorados sem carteira assinada.

Segundo Almeida (2000), essas transformações na esfera da produção e da cultura impõem dois desafios centrais para a educação, vinculados exatamente às suas funções econômicas e ideológicas, estratégias no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo: a garantia de uma formação técnica flexível, adequada às exigências dos novos padrões de produção e consumo e as variações do mercado de compra e venda da força de trabalho, assim como a garantia de uma formação ideologicamente funcional da empregabilidade.

De acordo com o mesmo autor:

A intervenção do Banco Mundial na condução das políticas de educação é apoiada por um diagnóstico que aponta excessivos e desnecessários gastos públicos com educação superior, insuficiência de investimentos no ensino fundamental, ineficácia do ensino médio e necessidade de dinamização de um ensino profissional mais direcionado para as novas exigências do

mercado de trabalho. O diagnóstico se completa com a eleição da educação como estratégia central para superar o atraso social e diminuir as desigualdades econômicas (ALMEIDA, 2000, p. 158).

Diante do exposto, cabe ressaltar que cada vez mais o ensino deve-se adequar às mudanças do cotidiano global, visto que se percebe que há o mínimo de investimento na área da educação: o ensino está desqualificado e atrasado em relação às mudanças do capitalismo. Neste sentido, o Estado deveria investir em um ensino profissional mais direcionado para as novas exigências do mercado, qualificando os adolescentes a tais exigências, criando com os empregos, políticas de geração de renda, por exemplo.

Para ficar mais claro como funciona o programa CeAP, será enfatizado, no tópico a seguir, o fluxograma do mesmo.

2.4. FLUXOGRAMA DO CEAP

Ao descrever o fluxograma do CeAP, é necessário relatar inicialmente que se busca informar ao maior número de pessoas (via telefone ou pessoalmente no caso de quem procura o setor) sobre a proposta do programa, oferecendo-lhes oportunidades de realizar cursos.

O adolescente vincula-se ao programa através de inscrições, e o passo seguinte destina-se a efetivar as inscrições dos alunos, fornecendo-lhes as informações adequadas. Posteriormente às inscrições, os alunos são organizados em turmas, explicando-se quais são os objetivos do Programa e da Instituição. Cabe salientar que o Serviço Social acompanha as turmas, atende os jovens individualmente e verifica o aproveitamento deles através de avaliação (auto-avaliação e avaliação escrita).

A maioria dos alunos concluem os cursos com aproveitamento positivo, e um pequeno percentual dos alunos não consegue resultado satisfatório, porém possuem a possibilidade de fazer o curso novamente. Alguns dão continuidade a outros cursos do CeAP, inserindo-se

posteriormente no mercado de trabalho através do Programa Jovem Trabalhador, ou seguem outros caminhos.

CAPÍTULO III

Este capítulo tem o propósito de elucidar a avaliação de impacto a respeito do Programa Cento de Aprendizagem Profissional. Desta forma, para uma melhor estruturação e compreensão no que diz respeito ao estudo, busca-se relatar em um primeiro momento a contextualização da avaliação de impacto social e a justificativa da realização da pesquisa e, em um segundo momento, os procedimentos metodológicos que se adotou na condução da pesquisa, bem como a apresentação e a análise dos dados obtidos.

3 AVALIAÇÃO DO IMPACTO SOCIAL

A avaliação de impacto social possibilita medir o real valor de um investimento social, tendo como fundamento a promoção de políticas públicas já existentes para o desenvolvimento socioeconômico de uma região. Tradicionalmente, as avaliações realizadas nas áreas sociais têm se limitado ao aspecto financeiro das intervenções, não se preocupando em mensurar seus benefícios econômicos e impactos sociais. Em contrapartida, a avaliação de impacto social consiste na correlação de transferíveis análise (financeira, econômica e social) dos investimentos realizados nos diferentes projetos e programas sociais. Tais análises tomam como base a relação existente entre a oferta e demanda de produtos sociais por públicos-alvo específicos e seus respectivos impactos na sociedade.

Segundo afirma Nogueira (2002 p. 141): “As atuais questões sobre avaliação de impacto e o monitoramento de programas e projetos sociais, buscam superar a idéia do controle em uma perspectiva unicamente financeira, mas relacionando-os aos objetivos e metas”. Assim, o objetivo central da avaliação é aferir a capacidade de resposta das organizações às demandas de seu público-alvo ou, em outras palavras, às demandas dos grupos beneficiários de suas ações. Atualizando seus propósitos, reciclando sua organização e

seu sistema de gestão, as instituições obtêm internamente uma cultura avaliativa que permite uma adesão maior e mais competente à avaliação de projetos, programas e serviços.

No plano nacional, com a reorganização do processo de planejamento do governo federal, formalizado com a publicação do Decreto n.º 2.829, de 29 de outubro de 1998, a avaliação passa ser fundamental. Isso acontece tendo em vista que para a elaboração e a execução do Projeto de Plano Plurianual (PNA), 2000-2003, e dos Orçamentos da União, a partir do exercício do ano 2000, toda ação finalística será estruturada em programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos estabelecidos para o período do plano (BRASIL, 1999, p. 3).

As demandas por avaliação, portanto, estarão presentes em praticamente todos os atos normativos que regulam a reorganização do processo de planejamento federal, nas orientações metodológicas e técnicas, nos manuais de instrução. No Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998, encontramos: Art. 5 Será realizada avaliação anual de consecução dos objetivos estratégicos do Governo Federal e dos resultados de Programas, para subsidiar a elaboração de lei e diretrizes orçamentárias de cada exercício (GARCIA, 2001, p. 9).

Segundo Carvalho, 2001, p. 63.

As organizações que atuam na esfera pública precisam apresentar à sociedade os resultados e produtos de sua ação. Diante da difícil correlação entre os altos índices de demanda ocasionados em função da situação de pobreza, desigualdade e exclusão social e a insuficiente oferta de serviço social, a probidade e a racionalização com relação aos recursos e a obtenção de impactos na intervenção social passam ser exigência preponderante. Espera-se dessas organizações eficiência, eficácia e equidade na prestação de serviços de interesse do cidadão, sendo, então, a avaliação um dever ético.

As organizações públicas têm o dever de manter uma relação de transparência com a sociedade, seja com os usuários, financiadora ou atores sociais, dando conta de seus resultados, da eficácia de seus projetos, dos custos realizados e das ações praticadas.

A avaliação institucional e de políticas públicas torna-se mais relevante quando pode oferecer informações não apenas sobre o impacto, mas sobre resultados ou conseqüências mais amplas e difusas das ações desenvolvidas. Nesse sentido, a avaliação deve abranger o processo de formulação e implementação das ações e os seus resultados (BELLONI, 2001, p. 9).

Por conseguinte, a avaliação torna-se um instrumento fundamental para a tomada de decisão e para o aperfeiçoamento ou reformulação das ações desenvolvidas. A avaliação de impacto social é o processo que, a partir de uma lógica de transformação social estratégica, possibilita medir o real valor de um investimento social. Seu principal objetivo é mensurar a redução das diferenças sociais, produzidas em função dos investimentos sociais realizados por um agente de transformação (fundações e institutos privados, organizações da sociedade civil e agências governamentais). A avaliação de impacto social busca, dessa forma, justificar a intervenção social com a demonstração das riquezas sociais e econômicas geradas para toda a sociedade .

Uma das instâncias centrais do processo de avaliação consiste em determinar o grau em que foram alcançadas as finalidades do projeto. Isto requer dimensionar o objetivo geral em subconjuntos de objetivos específicos, os quais, por sua vez, terão metas, cuja obtenção será medida através de indicadores.

Conforme Jannuzzi (2001, p.15):

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico, ou programático. É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Cabe ressaltar então que os indicadores sociais possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil. No entanto, as metodologias adotadas, em geral, concentram-se na aferição de impacto

quantitativo, objetivo e imediato das ações desenvolvidas. Este tipo de metodologia de avaliação é relevante para conhecer os resultados ou conseqüências de ações, cujos objetivos são imediatos, claramente identificáveis e quantificáveis.

A avaliação de impacto aponta para os resultados do projeto e, ainda, se aparecem, e em que medida, efeitos secundários que ultrapassam os previstos e não previstos. Olha para além do projeto e os seus resultados são utilizados para argumentações políticas, ou técnicas, e para encerrar ou continuar um projeto. Os dois tipos de avaliação diferem-se, um olha para trás (de impacto), e o outro olha para frente (de processo).

Para Nogueira (2002, p. 141): “A avaliação é retomada a partir dos eixos básicos e clássicos, ou seja, da eficiência, eficácia e efetividade sendo discutida como uma exigência atual da sociedade, tanto em organizações governamentais como em não governamentais”.

A partir dessa breve contextualização sobre avaliação de impacto, vale ressaltar a importância de realizar a pesquisa sobre o tema, como segue na próxima subseção.

3.1 JUSTIFICATIVA DA REALIZAÇÃO DA PESQUISA EMPÍRICA

Atualmente, percebe-se a complexidade que a questão social assume no mundo contemporâneo, e particularmente, no Brasil, a avaliação de políticas sociais torna-se igualmente imperativo ético. A avaliação sistemática e contínua pode ser estratégica na oferta de informações substantivas que possibilitem o exercício do controle social e referenciem avanços na efetividade das ações sociais.

A sociedade e os cidadãos, de modo geral, estão reivindicando uma relação de transparência e de participação nas decisões referentes a alternativas políticas programáticas. Exigem conhecer e acompanhar a insuprível equação entre gastos públicos e custo-efetividade de políticas e programas destinados a produzir maior equidade social.

Vários são os motivos existentes para se introduzir a avaliação como procedimento cotidiano das organizações governamentais (OGs) e das organizações não governamentais (ONGs) que operam no campo social. Segundo Carvalho (2001), as organizações devem assumir a avaliação como procedimento que lhes permita aprimorar suas ações, mais que isso, manter uma relação de transparência com seu público-alvo, parceiros, financiadores e sociedade em geral no que tange aos seus propósitos, processos e resultados. Afirma ainda esse autor: “É preciso mudar essa percepção reducionista da avaliação e apreendê-la como um dos processos indispensáveis na melhoria das decisões e ações no campo social” (CARVALHO, 2001, p. 63).

Sendo assim, a avaliação tem importância estratégica visando acompanhar o comportamento das ações sociais e realimentar decisões e opções políticas e programáticas. A escolha das prioridades a serem atendidas e de alocação de recursos, quando baseada em dados, podem se voltar a demandas realmente relevantes e coletivas.

Diante do exposto, identifica-se a partir do estágio não obrigatório e obrigatório, realizado na IDES/Promenor, pela pesquisadora, a relevância de se estar avaliando o Programa CeAP. Primeiramente, por não ter sido realizada nenhuma avaliação do programa desde sua implantação em 1999 e, posteriormente, para se identificar se o Programa está trazendo impacto para os usuários da instituição, sendo um tema que vai trazer resultados, permitindo-se verificar se as metas e objetivos foram alcançados e se podem ser aprimorados. A avaliação torna-se imprescindível, objetivando-se implementar efetividade ou impactos, sendo necessário proceder a avaliação após algum tempo de participação do programa. Dada a inexistência de uma avaliação de impacto no programa CeAP, propõe-se a execução da mesma, relatada na seqüência.

3.2 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

Nesta subseção, busca-se tratar os objetivos do estudo, os métodos e as técnicas estabelecidas para a concretização da pesquisa ora apresentada. Desta forma, adotou-se a seguinte divisão: tipo, característica, delimitação, esta última subdividida em universo e amostra e, por fim, a apresentação e análise dos dados da pesquisa.

A pesquisa pode ser considerada um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico, constituindo-se no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade, pois o objetivo é encontrar respostas para questões propostas, utilizando-se métodos científicos. Especificamente é “[...] um processo reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados relações ou leis, em qualquer campo de conhecimento” (LAKATOS, 1990, p. 17).

Este estudo estabelece como objetivos:

Objetivo Geral:

- avaliar o impacto social do programa CeAP da instituição IDES/Promenor desde a sua implantação até dezembro de 2003.

Objetivos Específicos:

- realizar um resgate histórico da instituição IDES/Promenor e do programa CeAP;
- identificar o número de usuários que concluíram os cursos promovidos pelo CeAP desde a sua implantação e as mudanças ocorridas em suas vidas após o período de desligamento do programa;
- reconhecer os reflexos, junto aos adolescentes, do programa em suas famílias;
- verificar o impacto social do Programa CeAP em relação à comunidade dos adolescentes atendidos;
- obter indicativos de avaliação do Programa CeAP, visando o aprimoramento dos

trabalhos nele desenvolvidos.

3.2.1 Natureza da Pesquisa

Para realizar esta pesquisa, decidiu-se utilizar o método de abordagem qualitativo e quantitativo, considerando-os os mais adequados para se atingir os objetivos propostos. Na pesquisa qualitativa, a interpretação dos dados é apresentada de forma textual, sendo analisada segundo o enfoque proposto. Para Trivínõs (1987, p. 50), “o foco principal da abordagem qualitativa está em compreender, descrever e interpretar os significados que as pessoas projetam no fenômeno em estudo”.

Lazarsfeld (1990, apud HAGUETTE, 1992, p. 64) relaciona três situações nas quais os indicadores qualitativos se fazem necessários:

1) situações nas quais a evidência qualitativa substitui a simples informação relacionada à épocas passadas; 2) situações nas quais a evidência qualitativa é usada para captar dados psicológicos que são reprimidos ou não facilmente articulados como atitudes, motivos, pressupostos, quadros de referência, etc; 3) situações nas quais simples observações qualitativas são usadas como indicadores do funcionamento complexo de estruturas e organizações complexas que são difíceis de submeter à observação direta.

Diante do exposto, pode-se perceber a relevância de se estar utilizando o método qualitativo, pois o principal objetivo deste trabalho é avaliar o impacto social do programa CeAP, e o método utilizado constitui-se em uma importante contribuição quando se deseja estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações sociais.

Em relação à pesquisa quantitativa, a sua utilidade está no fato de a mesma evidenciar a questão da objetividade. Minayo (1996, p. 23) afirma que “O cerne da defesa do método quantitativo enquanto suficiente para explicarmos a realidade social está na questão da objetividade. O espaço do científico é traduzido objetivamente em dados matemáticos.”

Em suma, a pesquisa realizada neste estudo trabalha com os dois métodos, uma vez que pretende apresentar objetivamente a realidade social da questão abordada e interpretá-la qualitativamente.

3.2.2 Caracterização da pesquisa

Com vista a atingir tanto o objetivo geral quanto os objetivos específicos delineados no presente estudo, a pesquisa ora realizada caracteriza-se por ser do tipo exploratória e descritiva.

Deste modo, tem-se uma pesquisa exploratória diante de um problema pouco conhecido, ou seja, em que as hipóteses ainda não foram claramente definidas. À propósito, seu objetivo consiste numa caracterização inicial do problema, de sua classificação e de sua definição. A pesquisa exploratória constitui, pois o primeiro estágio de toda a investigação científica, não tem por objetivo resolver de imediato um problema, mas tão somente, apanhá-lo e caracterizá-lo. Conforme Gil, (1999, p. 23):

[...] a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver esclarecer e modificar conceitos e idéias[...] as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral de tipo aproximativo, a cerca de determinado fato

A opção pela pesquisa exploratória baseou-se em Triviños (1987), porque, para esse autor, ela é o tipo ideal para ser aplicada em áreas nas quais existe pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Como já afirmado acima, a pesquisa exploratória proporciona uma visão geral, de tipo aproximado, acerca de determinado fato e constitui a primeira etapa de uma investigação mais ampla. O pesquisador pode conhecer o assunto, no entanto, a pesquisa exploratória torna-se relevante, pois podem existir várias explicações alternativas e isso proverá o pesquisador de conhecimento.

Já a pesquisa descritiva, de acordo com Gil (1999), tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população do fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Por expor características de determinado fenômeno e apresentar técnicas padronizadas de coletas de dado, a metodologia adotada também pode ser classificada como descritiva. Como o próprio nome sugere, este tipo de pesquisa vai descrever as características de uma população, ou fenômeno, podendo estabelecer correlações entre as variáveis e definir sua natureza.

Cabe ressaltar que há pesquisas que, embora definidas como descritivas a partir dos seus objetivos, acabam por proporcionar uma nova visão do problema, ou seja, apontam seus novos indicadores para melhor trabalhá-los, o que as aproxima das pesquisas exploratórias. Neste sentido, Gil (1999, p. 44) assegura que:

As pesquisas descritivas, são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos, etc.

Com relação à coleta de dados, pode-se afirmar que se utilizou neste estudo dados primários e secundários. Os dados primários de acordo com Mattar (1997) são aqueles que são coletados pela primeira vez pelo pesquisador por meio de questionário, entrevista, ou observação. Já os secundários dizem respeito aos dados existentes em livros em revistas da área investigada, que, neste estudo, auxiliam uma melhor estruturação das idéias referentes aos objetivos estipulados.

Inicialmente, visando à contextualização deste trabalho, utilizou-se algumas técnicas de levantamento bibliográfico e documental. Para Gil (1999, p.65): “A referida pesquisa é desenvolvida com base em material já elaborado constituído principalmente de livros, jornais, e redes eletrônicas”.

Para a coleta de dados secundários, foi realizada uma *investigação documental*.

Segundo Vergara (1997 p. 46):

A investigação documental é realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza ou com pessoas: registros, anais, regulamento, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, firmes, microfilmes, fotografias, vídeo-tape, informações em disquetes, diários, cartas pessoais.

A pesquisa documental consiste na pesquisa de fontes escritas. É a observação de determinado fato através da análise de diversos tipos de documentos, relatórios e pareceres.

No período compreendido entre março e abril de 2004, para tal levantamento de dados, utilizou-se de livros da biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e documentos provenientes da Promenor, sobretudo as fichas de inscrição dos adolescentes que realizaram os cursos do Programa CeAP desde 1999.

Quanto à técnica de coleta de dados da pesquisa adotada, foi a entrevista e, dentre as modalidades, optou-se pela entrevista estruturada, desenvolvendo-se um formulário com um roteiro de perguntas abertas e fechadas.

Conforme Gil (1999), as perguntas fechadas são aquelas que apresentam ao respondente um conjunto de alternativas de resposta, para que seja escolhido a que melhor representa sua situação, ou ponto de vista. Por sua vez, considera-se as perguntas abertas extremamente relevantes, uma vez que as mesmas não forçam o respondente a enquadrar sua percepção em alternativas preestabelecidas.

Convém ainda ressaltar que:

A entrevista é uma técnica de coleta de dados bastante adequada para a *obtenção de informações* acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca de suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (GIL, 1991, p. 13).

Assim, visando ao máximo à obtenção de informações, realizou-se entrevistas com os adolescentes dos cursos do CeAP .

3.3 POPULAÇÃO/ SUJEITOS

A pesquisa empírica foi realizada no CeAP tendo como sujeitos os adolescentes que cursaram os cursos de informática, inglês, espanhol, empreendedorismo, capacitando ao primeiro emprego, montagem e manutenção de equipamentos de informática.

No decorrer do trabalho, por questões de privacidade dos adolescentes que foram entrevistados, serão mencionadas apenas as iniciais dos nomes e os sobrenomes dos sujeitos.

Desde a implantação do Programa, no ano de 1999, até dezembro de 2003, foram atendidos 1975 adolescentes. Na coleta de dados, verificou-se que não iria ser possível contactar alguns dos jovens que freqüentaram os cursos no programa CeAP, por falta de informações necessárias (telefone, endereço) nas fichas de inscrições.

Com relação à população/universo da pesquisa, pode-se afirmar que se torna inviável fazer um levantamento do todo quando se tem um grupo numeroso (a exemplo do programa pesquisado) e se deseja obter informações a respeito de um, ou mais aspectos. Assim, necessita-se investigar uma parte dessa população, ou universo, o que para Gil (1999, p.35), “ [...] é um subconjunto de elementos que possuem determinadas características”.

Sendo assim, em relação ao tamanho da amostra, adotou-se o método de amostragem não probabilística, que demonstra ser o mais adequado, tendo em vista a escassez de tempo e o fato de todo este “universo” não estar disponível para ser entrevistado, considerando-se os limites de pesquisa existentes. A amostragem adotada foi por tipicidade ou intencional, sendo que para Gil (1999, p.104): “a amostragem por tipicidade ou intencional consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda população”.

O universo total de adolescentes que passaram pelos cursos do CeAP desde 1999 até dezembro de 2003 foram 1.975 (universo/população). Porém, na pesquisa reduziu-se o

número a 373, considerando-se que as fichas de inscrição de 1.572 adolescentes não possuíam todas as informações necessárias para realizar o contato com os mesmos.

Desta forma, do total de 1.975 diminuiu-se 1.572 (em função da falta de dados), resultando 373 adolescentes. Com base neste número, selecionou-se 10%, contando-se, portanto, com uma amostra de 37 adolescentes sujeitos da pesquisa.

Faz-se necessário relatar que a partir do universo inicial total de 373 usuários, selecionou-se um subgrupo intencional, classificando-o pela residência no Centro de Florianópolis e em bairros mais próximos.

Desta forma, separou-se 23 fichas cadastrais de adolescentes que residiam no Centro e 67 fichas de adolescentes que residiam em bairros próximos ao Centro (localização da instituição-IDES/Promenor), totalizando 90 fichas cadastrais.

Das 90 fichas selecionadas, não se obteve o número esperado de entrevistas, ou seja, 37, devido a limites de pesquisa que serão apresentados no decorrer do trabalho. Em decorrência deste fato, selecionou-se mais 96 fichas cadastrais de adolescentes residentes nos diversos bairros da Grande Florianópolis. Não se obtendo ainda os dados esperados (em decorrência dos limites de pesquisa), entrevistou-se 15 jovens (que já haviam feito cursos o CeAP) que se encontravam na recepção da instituição em busca de informações, alguns apanhavam suas carteiras profissionais e outros estavam em treinamento no Programa Jovem Trabalhador (PJT), durante o período destinado à coleta de dados.

3. 3. 1 Trajetória da Pesquisa

No que diz respeito à trajetória da pesquisa empírica, pode-se afirmar que, com relação ao contato realizado com os adolescentes, sujeitos da análise, inicialmente o mesmo ocorreu via telefone, apresentando-se, nesse momento, o objetivo da investigação, salientando-se a importância da participação dos mesmos. Porém, ainda que esclarecidos os

procedimentos da pesquisa, a sua aplicação implicou em superar algumas dificuldades, como por exemplo, o comparecimento dos adolescentes às entrevistas. Após superada esta etapa, preparou-se em seguida um roteiro de entrevista (ver apêndice), com questões abertas e fechadas, as quais foram realizadas pela pesquisadora.

As entrevistas foram agendadas previamente, conforme a hora de conveniência do entrevistado, sugerindo-se o espaço físico da IDES/Promenor como local para realização das mesmas. Os encontros foram realizados no período de abril a maio de 2004, em uma sala do Programa CeAP, com a presença apenas da pesquisadora e do entrevistado, propiciando ao mesmo maior privacidade para se expressar.

Feitas às entrevistas e o levantamento das categorias empíricas necessárias a esse estudo, a pesquisadora dedicou-se a apresentação e análise dos dados coletados.

3.3.2 Limites de Pesquisa

Com relação aos limites de pesquisa, pode-se seguramente afirmar que a falta de dados nas fichas cadastrais dos adolescentes que fizeram os cursos no ano de 1999 à 2001 configurou-se em um dos limites.

Devem ser levadas em consideração outras dificuldades da pesquisa como por exemplo, na realização dos telefonemas: de 10 ligações, 6 estavam com números telefônicos errados e as demais ocupadas, 51 telefonemas não foram atendidos, 28 adolescentes estavam trabalhando, 21 adolescentes estavam na escola, 29 adolescentes alegaram que não poderiam participar por falta de tempo por estarem estudando e trabalhando, 9 adolescentes recusaram por outros motivos não mencionados e 16 adolescentes marcaram entrevista e não compareceram.

Outro limite apresentado no decorrer da pesquisa foi em relação ao número insuficiente de adolescentes para atingir o percentual desejado para as entrevistas. A partir do

exposto, foram selecionados 90 fichas de residentes no Centro, não sendo suficiente, selecionou-se mais 96 de bairros próximos, e finalmente escolheu-se 37 para as entrevistas, aproveitando-se inclusive os adolescentes que estavam na instituição, conforme já relatado. Concluindo-se assim a pesquisa com um total de 37 jovens que realizaram os cursos no Programa CeAP da instituição IDES/Promenor.

Além disso, vale ressaltar que um dos objetivos específicos deste trabalho visava verificar o impacto social do Programa CeAP em relação à comunidade dos adolescentes atendidos, porém em função do tempo limitado para realização da pesquisa empírica, impossibilitou abranger a comunidade.

3.4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção trata da apresentação e análise dos dados obtidos com a pesquisa empírica, e o primeiro dado a ser considerado refere-se ao sexo dos entrevistados, conforme a ilustração abaixo descreve.



ILUSTRAÇÃO 2 – SEXO DOS ENTREVISTADOS

FONTE: DADOS PRIMÁRIOS (2004).

O referido gráfico apresenta o sexo dos entrevistados, sendo 41% dos adolescentes do sexo feminino, e 59% do masculino, configurando-se a predominância do sexo masculino.

Vale ressaltar que 16% dos adolescentes entrevistados têm 15 anos, 38% estão com 16 anos, 35% com 17 anos e apenas 11% com 18 anos. Percebe-se, assim, que a maioria dos entrevistados está com 16 anos.

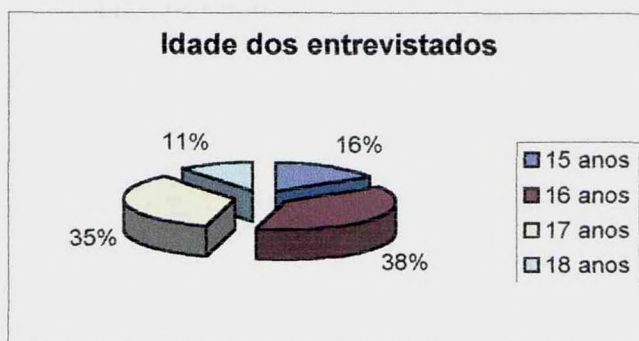


ILUSTRAÇÃO 3 – IDADE DOS ENTREVISTADOS

FONTE: DADOS PRIMÁRIOS (2004).

Um outro dado coletado refere-se à localidade onde residem os entrevistados. Pode-se afirmar que 5% residem no Continente, 14% em São José, 19% na Palhoça e 62% de Florianópolis. Verifica-se que a maioria dos entrevistados pertence aos bairros da Ilha de Santa Catarina, mencionando-se aqui os bairros que residem: 6 adolescentes moram no Centro de Florianópolis, 1 no bairro Costeira, 2 no bairro Capoeiras, 2 no Pantanal, 1 na Prainha, 2 no bairro Bela Vista, 2 em Biguaçu, 4 em Barreiros, 3 no Sertão do Imaruí, 2 na Trindade, 1 no Rio Vermelho, 1 na Fazenda Santo Antônio, 2 no bairro Agrônômica, 2 no Estreito, 1 no Jardim Eldorado, 1 no Saco dos Limões, 1 no Abraão, 1 no Servidão Barreta, 1 na Carvoeira e 1 no bairro Coqueiros.

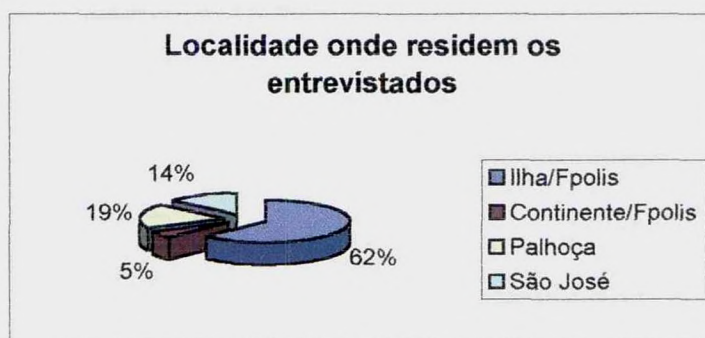


ILUSTRAÇÃO 4 – LOCALIDADE ONDE RESIDEM OS ENTREVISTADOS

FONTE: DADOS PRIMÁRIOS (2004).

Atualmente a maioria dos adolescentes está morando com os pais (54 %), como demonstra a ilustração nº 5, que se refere à residência dos entrevistados. De acordo com Freitas (2002), a família ocupa papel importante como mediadora entre indivíduo e sociedade. Percebe-se que um ambiente familiar caótico no qual as relações entre os seus membros são predominantemente conflituosas, ou excessivamente permissivas, caracterizando uma monitoração parental ineficiente, desprovida de uma relação de confiança entre pais e filhos, pode representar um fator de aproximação do adolescente ao uso, abuso e /ou tráfico de drogas.

No tocante ao relacionamento dos adolescentes com a família, a pesquisa identificou que 20 adolescentes possuem um ótimo relacionamento, sendo que outros 15 possuem bom relacionamento e somente 2 têm uma relação ruim e/ou péssima com seus familiares.

Vale mencionar que apenas 1 adolescente entrevistado relatou ter envolvimento com drogas, e, segundo seu depoimento, o mesmo só experimentou “maconha” para conhecer os seus efeitos. Neste contexto, pode-se reportar a teoria de Freitas (2002), que descreve a importância do papel da família na orientação e educação dos adolescentes juntamente com a sociedade. Com relação à influência de pessoas próximas no uso de drogas, constatou-se do universo dos entrevistados que 17 adolescentes receberam convite para fazer uso de “drogas”, porém não aceitaram.

Além disso, constatou-se que 20 adolescentes afirmaram nunca ter recebido a proposta para usar drogas. Sabe-se que a questão das drogas não é apenas uma problemática do adolescente, mas do Estado e da sociedade de consumo, voltada ao ideário do sistema capitalista e toda uma gama de mazelas desta ideologia, visualizadas nas mais diversificadas expressões das questões sociais como: o desemprego, a pobreza, a fome, a baixa escolarização entre outras, que contribuem decisivamente nas razões, nos motivos, nos fatores que propiciam a inserção do adolescente no submundo das drogas. Diante do exposto, pode-se

afirmar que atualmente os adolescentes entrevistados não apresentam nenhum envolvimento com drogas.



ILUSTRAÇÃO 5 – COM QUEM RESIDEM OS ENTREVISTADOS

FONTE: DADOS PRIMÁRIOS (2004).

Percebe-se em um segundo momento que 8 % dos adolescentes residem com a mãe e 22% moram com a mãe e irmãos. Para Freitas (2002), “dentro da família moderna, as mães ocupam um lugar de destaque. Não se pode negar que é um espaço de poder. Nesse espaço uma rede de poder é traçado[...] é uma identidade construída”. Desta forma, com o passar dos anos coube a mulher a nova função de educar os filhos, o próprio disciplinamento dos mesmos, enfim, a ação de cuidar para que se tornassem adultos ordeiros. Fica claro, portanto, que a partir dessa época (início do século XVIII), coube à mãe a responsabilidade de coordenar a educação dos filhos.

Deve-se mencionar que 34 dos adolescentes entrevistados afirmam que são incentivados pelos seus familiares a frequentar a escola e a participar de cursos profissionalizantes, e apenas 2 adolescentes não recebem esse mesmo incentivo da família e um adolescente relatou ser incentivado somente pela mãe.

Outro questionamento feito aos adolescentes diz respeito ao tempo disponível para estudar em casa: 34 relataram que possuem tempo necessário para estudar e apenas 3 responderam que não disponibilizam de tempo para desenvolver atividades escolares. Tal

constatação trouxe contribuições para reafirmar que a maioria dos adolescentes tem boas relações no núcleo familiar, caracterizando uma relação parental eficiente, como transpareceu efetivamente nas entrevistas realizadas.

Na entrevista questionou-se o que os adolescentes pensam em relação à violência. As respostas obtidas demonstraram que 100% dos entrevistados são contrários a mesma. Especificando melhor, os jovens consideram que a violência atualmente está vinculada a uma face perversa que fere os direitos de cidadania, transparecendo situações verdadeiramente absurdas e que estão no cotidiano de todos, aumentando bruscamente com o passar dos anos.

Conforme Schmickler (1998, p. 74):

A violência de que é palco a urbes surpreende-nos e nos assusta a cada dia. Ela tem seu lócus no espaço urbano mas também está presente nos lares e nas formas consideradas mais 'sutis' como as humilhações, a exclusão social, os preconceitos, o desrespeito às minorias, o cerceamento das formas de expressão.

Neste sentido, verifica-se que a violência a que a sociedade está sujeita faz parte da vida, o seu perfil manifesta-se na cultura e é decorrente da época, das circunstâncias históricas, dos hábitos sociais a ela circunscritos. Não obstante, o Estado e a sociedade precisam se responsabilizar e acompanhar atentamente essa questão que está desencadeando várias outras problemáticas sociais.

Referido-se ainda à violência, durante a entrevista, questionou-se se alguns dos adolescentes já haviam sido violentados ou se seus familiares teriam sofrido qualquer forma de violência. Diante deste questionamento, 24 adolescentes afirmaram não ter sofrido nenhum tipo de violência, porém 13 relataram ter presenciado alguma forma de violência. Objetivando retratar a temática abordada, relata-se abaixo alguns depoimentos dos adolescentes pesquisados:

Segundo D. M. : “[...] Meninas do bairro (*gang*) que gostam de puxar briga. Tem que fugir se não elas batem mesmo ou roubam as coisas, já me agrediram quando não consegui

escapar [...]”. O relato da adolescente evidencia que a violência no dia-a-dia ocorre naturalmente, como afirma Schimicler (1998, p. 78):

A recusa dos princípios e valores civilizatórios da modernidade mostra que não é paradoxal que neste final de século ainda testemunhemos guerra, catástrofes, violências em diferentes matizes, que fazem parte do nosso cotidiano, e vemos com espanto, a sua banalização e naturalização. é a razão cedendo lugar para a barbárie.

O cotidiano da violência também pode ser exemplificado através do relato do adolescente J. T. : “[...] O pai me batia e na minha mãe também, mas eles se separaram, ele sempre estava bêbado [...]”.

Nacif (1999) profere que: “Violência Física é o uso da força com o objetivo de ferir, deixando ou não marcas evidentes”. Identifica-se o fato que ocorreu com J. T., como uma violência física cometida por seu pai, pois a partir do relato do adolescente supõe-se que o genitor é alcoolista. Percebe-se que o álcool e as drogas se tornam para essas pessoas um refúgio para seus problemas, visto que, enquanto estão sob efeitos da bebida, esquecem da dura realidade. A questão da violência como se percebe está relacionada com o alcoolismo e o consumo de drogas, que têm efeitos devastadores nas famílias e que não podem ser analisados fora de um quadro de referências da sociedade mais ampla.

Já P. G. diz que: “[...] O meu pai tentou me abusar sexualmente [...]”.

Sobre isso, Nacif (1999) afirma que: “Violência Sexual é o abuso de poder no qual a vítima (criança, adolescente ou mulher) é usada para gratificação sexual do agressor sem seu consentimento, sendo induzida ou forçada a práticas sexuais com ou sem violência física”.

Nas entrelinhas dos depoimentos, nota-se que a violência ocorre nos centros urbanos e no ambiente familiar, e é potencializada por vários fatores de ordem social como a pobreza, o desemprego, a exclusão social, o tráfico de drogas, o alcoolismo, as aglomerações urbanas, entre outros.

Neste sentido, convém ressaltar as palavras de Fernando (1994, p.18) quando este afirma que,

Todo ato ou omissão praticado por pais ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico – implica de um lado uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

A família, sendo o primeiro grupo social do indivíduo, tem o dever de oferecer ao mesmo condições dignas para seu desenvolvimento físico e psíquico, garantindo-lhe segurança e proteção. Porém, sabe-se que a cada dia crianças e adolescentes são vitimizados com atos violentos na sua própria casa, caracterizando-se assim a violência doméstica (também denominada violência intrafamiliar, abusos e maus-tratos).

Diante desta realidade, esses questionamentos contribuíram positivamente para conhecer melhor o cotidiano e o perfil dos entrevistados e de seus familiares.

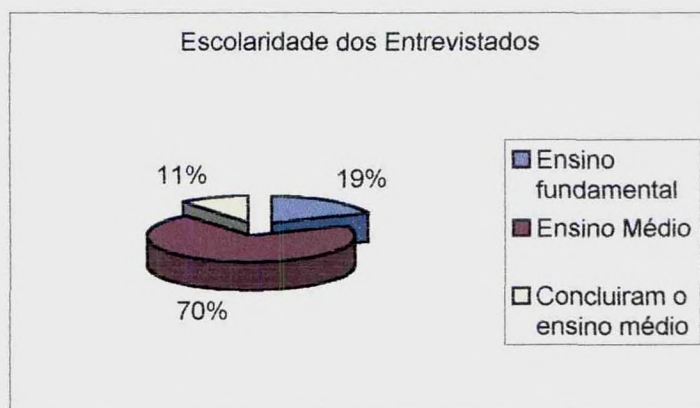


ILUSTRAÇÃO 6 – ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS

FONTE: DADOS PRIMÁRIOS (2004).

No quesito escolaridade, e considerando os 37 adolescentes entrevistados, constatou-se que apenas 1 não está estudando, 19 % estão cursando o ensino fundamental, 70% o ensino médio, sendo que 11% já concluíram o ensino médio, e deles apenas 1 está fazendo curso pré-vestibular para ingressar no ensino superior de Ciências Sociais.

As escolas que os adolescentes em questão estudam são: Escola Imã Maria Tereza (3), Escola Silveira Souza (1), Presidente Roosevelt (1), Simão Hess (3), Benoniveo João Martins (1), Centro Educacional Federal Tecnológico (CEFET) (2), Aderbal Ramos da Silva (1), Gênios (2), Maria Luiza de Melo (2), Getúlio Vargas, Evolui (1), no curso Pré-vestibular – UFSC (1), Instituto Estadual de Educação (3), Padre Anchieta (2), com bolsa de estudo no colégio Catarinense (1), Celso Ramos (2), Escola Jovem de São José (1), Presidente Juscelino Kubcheck (1), Maria da Glória (1), Escola de Jovens Adultos - EJA (2), Ilda Teodoro Vieira (1), Aníbal (2).

Vale ressaltar que a maioria dos adolescentes estuda no período noturno, perfazendo um total de 14 alunos no noturno, 7 no vespertino e 12 no matutino. Foi lhes questionado se haviam repetido algum ano na escola e a maioria afirmou que sim. Em seguida, perguntou-se por quantos anos repetiram e, nesta questão, 11 adolescentes responderam que repetiram 1 ano, 7 adolescentes 2 anos e 4 adolescentes 3 anos.

Conforme alerta Faleiros (2000, p. 54):

A política educacional, apesar do fundo criado, não tem conseguido garantir vagas para todos no ensino fundamental e melhorar a qualidade do ensino, onde continuam altos os índices de evasão e repetência. O setor privado tem cobrado caro pelo ensino. O modelo neoliberal visa estimular as pessoas a se sustentarem pelo trabalho e não pelos benefícios, mesmo numa conjuntura de desemprego.

Atualmente, sabe-se que o ensino educacional está fragilizado, já que o Estado não tem investido em políticas de educação, nem modificado seus embates sociais e culturais, propiciando uma emergência na perspectiva estrutural do ensino escolar, que torna o ensino sem qualidade e motivação, fazendo com que os adolescentes dispersem-se dos estudos, muitas vezes repetindo o ano, ou reprovando, e até mesmo desistindo da escola.

A pesquisa empírica indagou aos adolescentes sobre qual curso do CeAP os mesmos realizaram, considerando que cada um participou de cursos diferentes e em períodos

alternados, entre 2001 e dezembro de 2003, e que o ingresso ocorreu a partir do processo de triagem, como explicitado no capítulo anterior.

Considerando a ilustração abaixo, percebe-se que a maioria dos adolescentes optou pelo Curso de Capacitação ao Primeiro Emprego. Este dado pode ser melhor compreendido porque na contemporaneidade se observa a exigência de qualificação e capacitação para a inclusão no mercado de trabalho. É importante ressaltar que todo o processo pela busca de formação leva a um novo padrão de inserção social, pois pessoas com maior conhecimento, confiança em suas ações e maior capacidade crítica desenvolvem também uma visão de sociedade mais confiante, pautada na cidadania e, sobretudo, consciente de seus direitos e deveres.

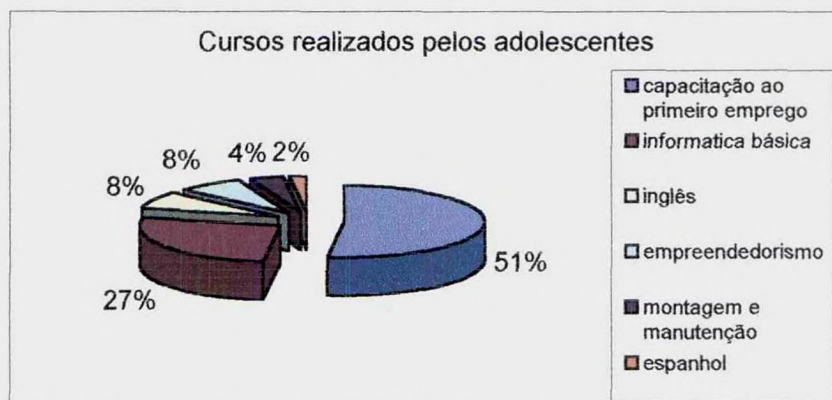


ILUSTRAÇÃO 7 – CURSOS REALIZADOS PELOS ADOLESCENTES

FONTE: DADOS PRIMÁRIOS (2004).

Como se pode observar pela ilustração, 51 % dos adolescentes realizaram o Curso de Capacitação ao Primeiro Emprego, 27% Informática Básica, 8% Inglês, 8% Empreendedorismo, 4% Montagem e Manutenção em Equipamentos de Informática e 2% Espanhol.

Ao se abordar sobre a contribuição do programa CeAP para a vida dos adolescentes, identificou-se que 97% dos entrevistados afirmaram que o programa contribuiu para sua vida e apenas 3% não consideraram que o programa foi de relevância .

Verificou-se que a grande maioria dos adolescentes acredita que o programa tem contribuído no seu aperfeiçoamento profissional e na melhoria de seu desempenho. Além da questão da responsabilidade, da independência e de oportunidades, como o emprego, a própria utilização do computador e do aprendizado de novas línguas.

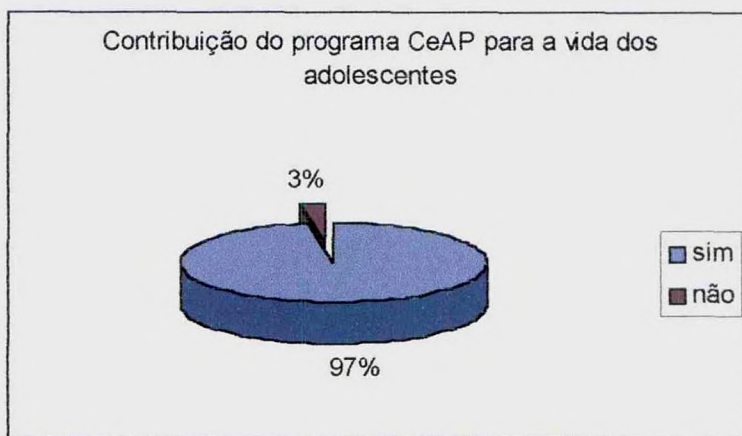


ILUSTRAÇÃO 8 – CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA PARA OS ENTREVISTADOS

FONTE: DADOS PRIMÁRIOS (2004).

Observa-se que o programa trouxe contribuições positivas na vida dos adolescentes, constituindo-se em um dado importantíssimo para avaliar o impacto social do CeAP.

Cabe mencionar que foi atestado através das entrevistas que 18 adolescentes freqüentam outros programas após se desligaram do CeAP, como: o Programa Jovem Trabalhador – PJT (Promenor), Empresa Escola - CIEE, Projeto Ginga Criança da Prefeitura de São José e o Programa de Iniciação ao Trabalho-CIEE (PIT). E dezesseis adolescentes não freqüentaram nenhum outro programa além do CeAP.

Já em relação aos cursos realizados pelos adolescentes, após concluírem os do CeAP, conforme relatado, dos 37 entrevistados, apenas 7 estão fazendo outros cursos, sendo eles: informática na INFOSUL, TRT – Telefonista, Recepcionista e Telemarketing, na empresa MICROLINS, aulas particulares de química para vestibular, curso de informática em Campinas (cujo nome da empresa não foi fornecido pelo entrevistado), Projeto Jovem, aulas de judô e curso de inglês.

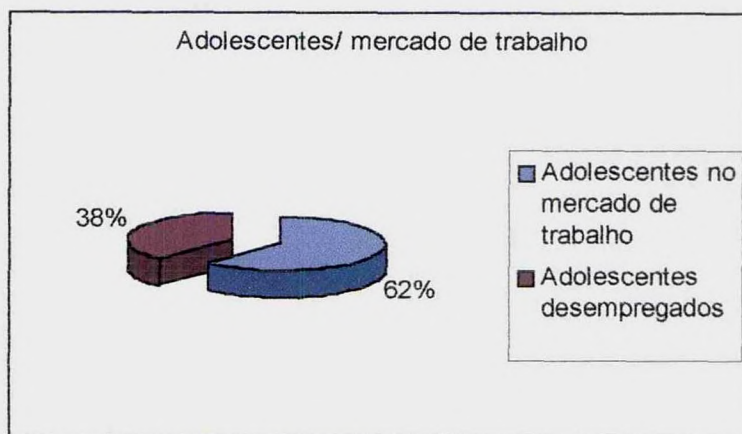


ILUSTRAÇÃO 9– ADOLESCENTES/MERCADO DE TRABALHO

FONTE: DADOS PRIMÁRIOS (2004).

Com base na pesquisa, identificou-se que atualmente 62% dos adolescentes entrevistados estão trabalhando e 38% não estão inseridos no mercado de trabalho. Vale mencionar seus locais de trabalho: Brasil Telecom, BESC, CASAN, Eletrosul, Promenor, TRACTBEL, SDS, Supermercado Tapera, LACEN, Empresa de Massa Plástica, IEA, Revendedora de Frango, Secretaria da Família, Secretaria da Família e Meio Ambiente. As funções desempenhadas pelos adolescentes no ambiente de trabalho são: *office girl*, *office boy*, digitador, *telemarketing*, atendente de caixa de supermercado, empacotador de frango.

De acordo com os Anais dos Seminários da Região Sul (2000, p. 29), no que se refere à proteção integral para crianças e adolescentes, fiscalização do trabalho, saúde e aprendizagem consta que:

Tornou-se imperativo a atualização do quadro referido no Artigo 405 da CLT, levando-se em conta, ainda, o acúmulo de conhecimentos sobre o trabalho infanto-juvenil em nosso País, os conhecimentos relativos à fisiologia das crianças e adolescentes e as estatísticas consolidadas de acidentes de trabalho de que têm sido vítimas os trabalhadores em geral e as crianças e adolescentes em particular.

Considerando as funções desempenhadas pelos adolescentes entrevistados no mercado de trabalho e de acordo com a legislação vigente, percebe-se que as atividades não estão

classificadas como perigosas, insalubres, ou penosas, como segue o Art. 405, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2000, p. 93):

Art.405. Acriança e ao Adolescente não será permitido o trabalho:
 I-nos locais e serviços perigosos ou insalubres, constantes de quadro para esse fim aprovado pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional de Segurança e Medicina do Trabalho;
 II-em locais ou serviços prejudiciais à sua moralidade.

Quando se abordou a distribuição de carga horária, verificou-se que 13 adolescentes trabalham 20h semanais, de segunda a sexta, 1 trabalha 35h, de segunda a sexta, 1 trabalha 36h, de segunda a sábado, 4 adolescentes trabalham 40 h semanais, de segunda a sexta, 1 adolescente trabalha 48 h, de domingo à domingo, 1 adolescente trabalha 5h, somente nos sábados e outro esporadicamente. Conforme a Legislação da Consolidação das Leis do Trabalho (2000, p. 94-98), no tocante a duração do trabalho, está disposto:

Art. 412. Após cada período de trabalho efetivo, quer contínuo, quer dividido em dois turnos haverá um intervalo de repouso, não inferior a 11 horas.

Art.413. É vedado prorrogar a duração normal diária do trabalho do adolescente, salvo:

I-Até mais duas horas, independentemente de acréscimo salarial, mediante convenção ou acordo coletivo nos termos do Título VI desta Consolidação, desde que o excesso de horas em um dia seja compensado pela diminuição em outro, de modo a ser observado o limite máximo de 44 horas semanais ou outro inferior legalmente fixado.

II-Excepcionalmente, por motivo de força maior, até o máximo de doze horas, com acréscimo salarial de pelo menos 50% sobre a hora normal e desde que o trabalho do adolescente seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento.

Art.432 A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação da jornada.

III-Inciso 1º O limite previsto neste artigo poderá ser de até 8horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

Faz se necessário salientar que, de acordo com a Lei das Consolidações Trabalhistas, constata-se que todos os adolescentes entrevistados estão trabalhando em horários e locais que permitem a freqüência na escola, como prevê o Art. 67, do Estatuto da Criança e Adolescente.

Nenhum desses horários excedem aos contratos de trabalho atualmente fixados na Lei, em conformidade com o Art. 432, da CLT.

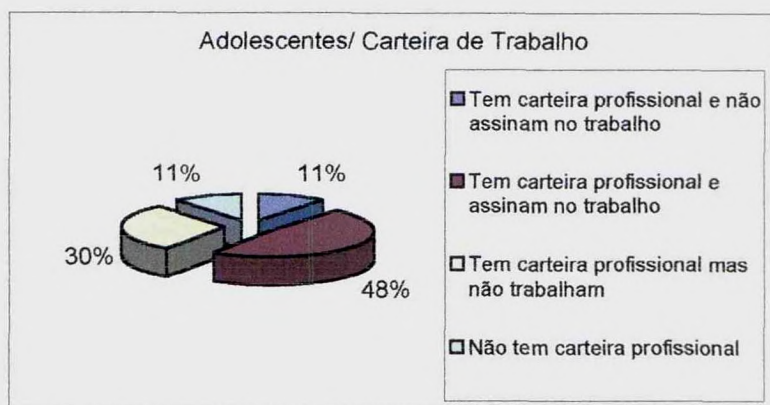


ILUSTRAÇÃO 10 – ILUSTRAÇÃO REFERENTE A CARTEIRA DE TRABALHO

FONTE: DADOS PRIMÁRIOS (2004).

No que diz respeito à Carteira de Trabalho, verifica-se através da ilustração nº 10 que a maioria dos adolescentes entrevistados, ou seja, 48% possuem carteira profissional que é assinada pelo local de trabalho e 11% tem carteira profissional não assinada pelo local de trabalho. Contudo, sabe-se que legalmente deve constar o registro do empregador na Carteira Profissional de Trabalho e Previdência, sendo que, na pesquisa realizada, 11% dos adolescentes estão trabalhando irregularmente. Ou seja, os empregadores estão burlando as leis, não assinando as carteiras profissionais. Entretanto, é preciso mencionar que a maioria dos empregadores está de acordo com a lei dos direitos trabalhistas como consta no art. 428 abaixo.

Na Consolidação das Leis do Trabalho (2000, p. 96), vale ressaltar, em seu art. 428, quanto ao contrato de aprendizagem que:

Art. 428 Contrato de aprendizagem é contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

Inciso 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

Com relação aos adolescentes, 38% não estão trabalhando, mas possuem carteira profissional e já estão se preparando para posteriormente se inserirem no mercado do trabalho, estando frequentando cursos profissionalizantes que os auxiliam quanto às exigências no mercado de trabalho, conscientes e informados dos requisitos e da importância dos documentos trabalhistas em questão. Todavia, 11% dos adolescentes não possuem carteira profissional e não trabalham. Diante deste contingente, percebe-se a necessidade do programa CeAP na realização dos cursos e no sentido de orientar e auxiliar os adolescentes em relação aos seus direitos como cidadão.

Segundo Silva (1998, p.31):

As práticas de formação, ao mobilizarem dimensões, aptidões e saberes dos trabalhadores podem facilitar a descoberta e a colocação em ato de outras alternativas de inserção social e de trabalho que, do contrário, talvez sequer pudessem cogitar. Ou seja, as práticas ao mesmo tempo em que desenvolvem competência, ampliam e fortalecem o exercício cotidiano da cidadania e vice-versa.

Conforme os relatos dos adolescentes que não estão trabalhando, constatou-se que 7 nunca se inseriram no mercado de trabalho, enquanto 9 não estão trabalhando no momento, porém já trabalharam anteriormente nas seguintes empresas: Eletrosul (2), CASAN (2), Oficina de automóveis (1), Lanchonete Multi-Lanches (1), Pizzaria Marioto (1) e fazendo faxina em casas de família (1).

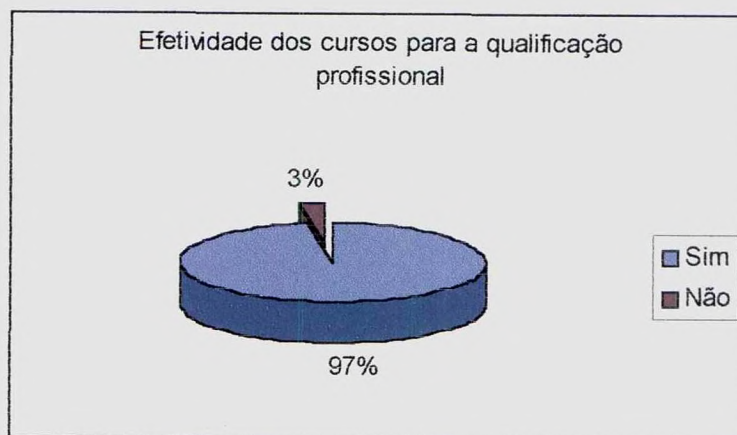


ILUSTRAÇÃO 11 – EFETIVIDADE DOS CURSOS PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

FONTE: DADOS PRIMÁRIOS (2004).

Diante da ilustração, vale ressaltar que os cursos do CeAP favoreceram os adolescentes a se qualificar para o mercado de trabalho, como demonstrado acima, sendo que, 97% dos entrevistados se posicionaram favoráveis ao programa de qualificação profissional. Portanto, com o questionamento, buscou-se resgatar alguns relatos levando em consideração o que trouxe de benefícios o programa CeAP para qualificação no mercado de trabalho.

Segundo F. L. “[...] Ajudou para saber mais de informática, porque no emprego exigem bastante e fiquei mais capacitado[...]”.

As exigências que o contexto sócio-econômico em manutenção tem endereçado ao processo de formação, qualificação e ao de capacitação, tais expectativas supõem uma formação que instaure as qualificações profissionais, específicas dos postos de trabalho ou espera também que esse processo assegure a produção de competências, constituída dos inúmeros saberes, capazes de responder as diversas situações que apresentam no cotidiano de uma profissão (DESAULNIERS, 1993, p. 97)

Esse autor confirma o que os adolescentes relataram em relação às exigências do mercado de trabalho e quanto à capacitação e qualificação.

Já para P. R. “[...] se não fosse por ele não estaria onde estou, não teria essa oportunidade de serviço[...]”.

O mundo globalizado, em permanente evolução tecnológica, exige profissionais cada vez mais especializados, flexíveis, sempre prontos para os conhecimentos e altamente capazes de contribuir para o crescimento do país. Para tanto, é necessário possuir educação profissional de qualidade, constituindo-se num diferencial indispensável. Porém, apenas um adolescente afirmou que os cursos não o ajudaram a se qualificar, alegando que só o auxiliou no sentido de se tornar mais sociável.

Nas entrevistas, indagou-se sobre o que o programa CeAP tinha apresentado de positivo para os adolescentes e o que deveria permanecer ocorrendo nele, apresentando-se abaixo alguns relatos dos adolescentes:

G. A. relata que: “[...] Sai do curso sabendo o que ia fazer no emprego, achei positivo as dinâmicas [...]”. Vale salientar que o CeAP, afora preparar os adolescentes para o mercado de trabalho, antes de mais nada forma cidadãos. Isto porque o novo perfil do trabalhador requer uma formação que vai além das competências técnicas, desenvolvendo atividades socioeducacionais para a qualidade de vida e para o exercício pleno de cidadania.

O adolescente R. P. relata que o que Programa teve de positivo foi: “[...] orientação e o incentivo que dão para o trabalho [...]”, comentando que deveria continuar ocorrendo sempre novos programas sobre essas questões.

Através dos relatos, acredita-se que o programa CeAP têm apresentado resultados positivos para os jovens, pois se observa vários fatores que beneficiam os adolescentes que confirmam a credibilidade e qualidade do Programa CeAP como foi mencionado pelos mesmos.

Conforme demonstra a ilustração nº 12, verifica-se que 86% dos adolescentes consideram ótimo que o Programa CeAP continue oferecendo cursos para jovens a partir de 14 até 18 anos, 14% identificam o programa como bom e nenhum adolescente avalia o programa como sendo ruim ou péssimo.

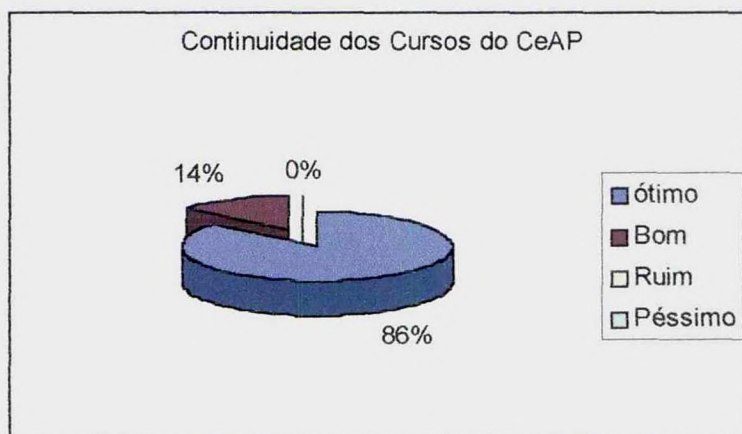


ILUSTRAÇÃO 12 – CONTINUIDADE DOS CURSOS DO CEAP

FONTE: DADOS PRIMÁRIOS (2004).

Observa-se a partir dos relatos que a maioria dos entrevistados considera ótima a continuidade dos cursos do CeAP para outros adolescentes, pois acreditam que esta continuidade oportunizará orientação, aprendizado, qualificação e capacitação a quem não possui condições financeiras para ingressar em outros cursos de custos elevados.

Com relação ao que deveria ser implementado no Programa CeAP para melhor qualificar os adolescentes, os mesmos sugeriram que fosse realizado testes vocacionais, cursos pré-vestibular, cursos de música, aulas particulares de reforço escolar, vagas para emprego, cursos na área esportiva e cursos na área de *telemarketing*. Entretanto, a maioria dos adolescentes relatou que já é relevante o que o programa oferece a comunidade.

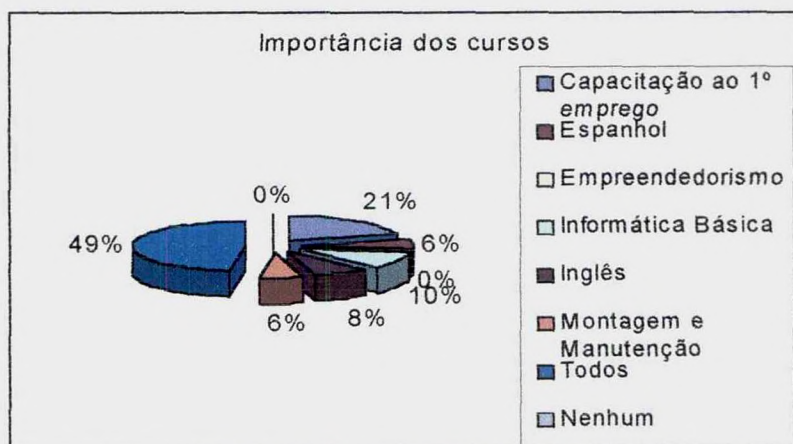


ILUSTRAÇÃO 13 – IMPORTÂNCIA DOS CURSOS DO CEAP

FONTE: DADOS PRIMÁRIOS (2004).

Considerando-se a ilustração acima, verifica-se que 49% dos entrevistados afirmam que todos os cursos oferecidos pelo CeAP são importantes, deles 21% julgam que o curso de capacitação para o primeiro emprego é o mais importante, 10% o curso de informática básica, 8% o curso de inglês, 6% o curso de espanhol e manutenção dos equipamentos de informática, 0% empreendedorismo e nenhum adolescente desconsidera a importância dos cursos do Programa CeAP.

Questionou-se aos jovens a respeito dos seus objetivos em relação ao futuro e obteve-se os seguintes relatos:

D. A. menciona que: “[...] eu queria conseguir um emprego fixo e digno[...]”.

Sabe-se que as famílias brasileiras, especialmente as de camadas populares subpreveligiadas, vêm sendo severamente pressionadas pela política econômica do governo. Em vez de tal política assegurar condições mínimas (renda, emprego, segurança, serviços públicos de qualidade) de sustentação das famílias, ela vem desencadeando situações (migrações, desemprego, ausência de serviços públicos) que fazem com que o jovem seja impelido a trabalhar para ajudar sua família. Faleiros (2000, p.12) sobre isso afirma: “O modelo neoliberal visa estimular as pessoas a se sustentarem pelo trabalho e não pelos benefícios, mesmo numa conjuntura de desemprego.”

C. S. tem como objetivo “[...] poder conseguir continuar trabalhando e fazendo novos cursos[...]”.

É possível analisar que a maioria dos adolescentes sujeitos desta pesquisa tem consciência do que se espera para o futuro, uma vez que todos estão em busca de um emprego e de uma vida estabilizada. Verifica-se, sobretudo o interesse destes jovens de estar se qualificando, buscando novos caminhos para se inserirem na sociedade.

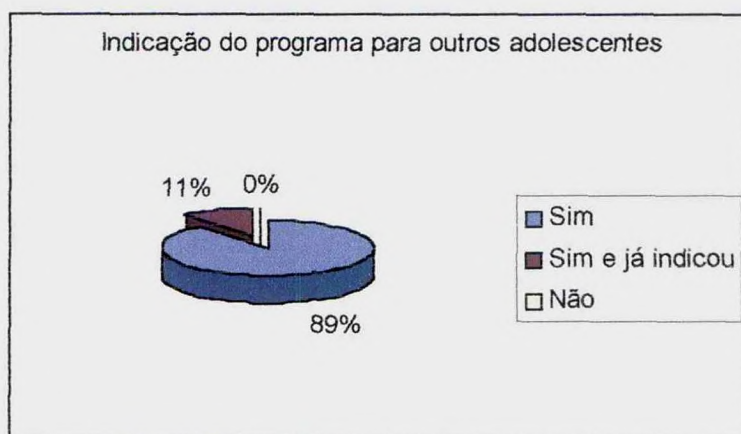


ILUSTRAÇÃO 14– INDICAÇÃO DO PROGRAMA PARA OUTROS ADOLESCENTES

FONTE: DADOS PRIMÁRIOS (2004).

Questionou-se aos adolescentes se os mesmos indicariam o programa a outros e 89% afirmaram que sim, tendo 11% já indicado o programa a diversos jovens e nenhum mostrou-se contrário em fazê-lo. Conclui-se, portanto, que a imagem do Programa CeAP junto aos adolescentes é extremamente positiva.

Para finalizar o questionário, solicitou-se aos adolescentes que os mesmos sugerissem alterações necessárias a serem realizadas no Programa CeAP. Dentre o total do entrevistados, 28 não sugeriram modificação, pois foram unânimes em relatar que o Programa CeAP deve permanecer do jeito que está, enquanto 9 fizeram algumas sugestões como: a inserção de cursos de capacitação para telemarketing, reforço escolar, auxílio para jovens que completam 18 anos, encaminhando-os para outros locais como o SINE. Enfim, os adolescentes por meio de suas respostas conseguiram transmitir o orgulho que sentem em terem participado de um programa em que aprenderam se qualificar tanto pessoalmente como profissionalmente.

Considerando a análise dos dados da pesquisa empírica, identificou-se, a partir do perfil desses adolescentes, a necessidade de estar realizando os cursos do Programa CeAP para qualificação do mercado de trabalho. Contudo, esse programa não se preocupa somente em capacitar o adolescente para o mercado de trabalho, mas também em ampliar o espaço de expressão do jovem, possibilitando a integração das relações sociais, reforçando a

constituição da cidadania do adolescente.

Deste modo, salienta-se a importância da avaliação de impacto nos programas sociais, a qual permite ampliar o âmbito de ação e verificar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações desenvolvidas, possibilitando a revisão dos processos de trabalho.

3.4.1 Sugestões para o Programa CeAP

Após concluída a etapa de apresentação e análise dos dados na pesquisa empírica, busca-se, neste momento, apresentar algumas sugestões de melhorias ao Programa Centro de Aprendizagem Profissional (CeAP), como as abaixo elencadas :

- Proporcionar qualificação contínua dos monitores(as) e profissionais das várias áreas (psicólogos, assistentes sociais, professores de língua portuguesa e estrangeira); através de treinamentos mensais;
- Contratação de profissionais capacitados para atender a demanda da Instituição IDES/Promenor, visando prevalecer a credibilidade dos cursos e o aprimoramento das ações desenvolvidas;
- Atualização constante de acordo com a demanda e o mercado de trabalho.
- Realização de estudos visando avaliar a efetividade do Programa Centro de Aprendizagem Profissional em relação a comunidade.

Em suma, entende-se que estas ações podem se reverter diretamente em outras que promovam melhorias no Programa Centro de Aprendizagem Profissional (CeAP) e, neste sentido, convém considerá-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade com os objetivos propostos neste estudo, pretende-se neste momento tecer algumas considerações que se fazem necessárias.

O assunto abordado incide sob a temática da avaliação de impacto social, tendo o presente trabalho o objetivo de analisar o impacto social do Programa Centro de Aprendizagem Profissional IDES/Promenor. Assim, através da avaliação feita, dos resultados obtidos e de acordo com a pesquisa empírica realizada, percebe-se que esse programa está proporcionando benefícios para os seus usuários.

Ao se realizar a pesquisa e, após a análise dos dados obtidos, foi possível se constatar, diante dos resultados, que 1975 adolescentes cursaram cursos do CeAP desde sua implantação, que ocorreu em 1999. Em relação ao perfil dos adolescentes que freqüentaram o Programa CeAP, no período compreendido da pesquisa, pode-se afirmar que são jovens que estão em busca de uma formação, para se inserir na sociedade através do trabalho, mesmo cientes das dificuldades e da própria concorrência do mercado de trabalho.

Além disso, percebeu-se, por meio da avaliação dos dados, que ocorreram mudanças positivas na vida dos adolescentes que, em função dos cursos profissionalizantes realizados, tornaram-se capacitados e qualificados para a inserção no mercado de trabalho, tendo a maioria destes jovens, após o desligamento do Programa, conseguido emprego regular.

Quanto às famílias dos adolescentes, estas são participativas e os motivam a freqüentar a escola e os cursos profissionalizantes. À propósito, o bom relacionamento familiar prevaleceu entre os adolescentes, sujeitos da pesquisa. Identificou-se também que esses jovens estão incentivando outras pessoas da comunidade para ingressar nos cursos e para ter a mesma oportunidade que tiveram.

Todo este quadro vigente confirma a relevância dos benefícios que o programa CeAP trouxe para os adolescentes, dentro do processo de formação cidadã que é adquirido no contato com o outro e por permitir conhecer seus direitos, instigando-os, mais do que isso, a compreender seus direitos e deveres.

Percebeu-se que os adolescentes aprimoram-se em relação a comunicação e interesse a partir dos cursos que incentivaram e proporcionaram esse estímulo tornando os adolescentes comunicativos e desinibidos.

Vale mencionar que o programa obtém um papel fundamental nesta formação, pois, sabe-se que atualmente a formação escolar está insuficiente na preparação dos jovens para o mercado de trabalho.

Durante o período de estágio, foi possível constatar o quanto o Serviço Social é importante no Programa CeAP, uma vez que auxilia, orienta e incentiva os adolescentes nas ações desenvolvidas cotidianamente e, sobretudo, porque possui a visão voltada para nova realidade, que requer cidadãos proativos.

Em suma, pode-se afirmar que o Programa CeAP, ao ser avaliado, obtém resultados favoráveis em relação ao impacto social, pois está influenciando e trazendo vários benefícios para comunidade como os já citados, percebendo-se assim que o objetivo geral da pesquisa foi alcançado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, N.L.T. Educação. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Modulo 3, Brasília, 2000.

SEMINÁRIO DA REGIÃO SUL. Proteção Integral para Crianças e Adolescentes: Fiscalização do Trabalho, saúde e aprendizagem. Florianópolis, 18 e 19 de setembro de 2000. **Anais...** Florianópolis: DRT\SC, 2001.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**.

_____. Lei 8742/93, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS**

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, 1996.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Projeto de Lei do Plano Plurianual, 2000 – 2003**. Projeto de Lei do PPA 2000. Brasília, 1999.

BELLONI I.; MAGALHAES H.; SOUSA L.C. **Metodologia de avaliação de políticas públicas**: uma experiência em educação profissional. 2. ed São Paulo: Cortez, v. 5, 2001(Coleção Questões da nossa Época).

CARVALHO, D.B.B. Criança e Adolescente. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Modulo 3, Brasília, 2000.

CARVALHO, M.C.B. A priorização da família na agenda da política social.**Família Brasileira**: a base de tudo. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Avaliação de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2001

DESAULNIERS, J.B.R. **Formação ou qualificação, ou competência**. Porto Alegre: Veritas, 1993.

FALEIROS, V.P. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Modulo 3, Brasília, 2000.

FERREIRA, I.S.B. As políticas brasileiras de desigualdades sociais. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Modulo 3, Brasília, 2000.

FERNADO, P. **Violência contra a mulher assume números alarmantes**. O Estado, Florianópolis, 22 ago. 1994. Caderno de polícia.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. **Trabalho infantil não é brincadeira**. Modulo 1, Brasília, 2003.

FREITAS, C. C. As Drogas na Adolescência. _____. **Formação de Multiplicadores de Informações Preventivas sobre Drogas**. 2. ed. Florianópolis: LED/UFSC, 2002

GARCIA, R.C. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental**. Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, 2001. Texto para discussão.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

HAGUETTE, T. M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992

IAMAMOTO, M.V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade. _____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

JANUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil, conceitos, fontes de dados e aplicações**. São Paulo: Alínea, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnica de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1986.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: Teoria e método**. 6. ed. Vozes, 1996.

NACIF, M. B. **Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes**. Florianópolis: Secretaria do Desenvolvimento Social e da Família, 1999.

NOGUEIRA, V.M.R. A avaliação e monitoramento de políticas e programas sociais- organização e gestão de políticas sociais. **Revista Katálysis**. Modulo 5, Florianópolis, 2002.

OLIVEIRA, O. M. A era da globalização e a emergente cidadania mundial. _____ . **Cidadania e Nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais-regionais-globais.** Ijuí: Unijui, 2002.

SCHMICKLER, C. M. Uma outra face da violência. Família e Sociedade. **Revista Katálysis.** Modulo 2, Florianópolis, 1998.

SILVA, M. T. **O programa jovem trabalhador e seus arranjos familiares.** Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Serviço Social), Universidade do Vale do Itajaí, Florianópolis, 2002.

SPOSATI, A. Mínimos Sociais e Seguridade Social: uma revolução na consciência da cidadania. **Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, n. 55, 1997.

TAKASHIMA, G.M.K. O desafio do Serviço Social na construção da cidadania – criança, adolescente e família. **Revista Katálysis - família e sociedade.** Modulo 2, Florianópolis, 1998.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em Educação.** São Paulo: [s.n.] 1987.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 1997

ÂPENDICES

APÊNDICE A
ROTEIRO DE ENTREVISTA

Consta na ficha do aluno dos cursos:

1-Nome do adolescente:

2-Data de Nascimento:

Idade:

Sexo:

3-Estado Civil:

4-Filiação:

5-Endereço Residencial:

6-Telefone:

Entrevista com perguntas abertas e fechadas:

1 - Com quem você mora? () Pai () Mãe () Pais () Tios () Avôs
() Outros – quem?.....

2 - Está estudando? A- () Sim Série? Escola?.....
Período? () Matutino () vespertino () Noturno

B- () Não , Porque parou?.....

Repetiu algum ano? () Sim () Não Quantos?

3 - Qual o curso do CeAP você realizou? () capacitação ao 1 emprego () inglês
() espanhol () informática básica () Montagem em Manutenção e
Equipamentos de Informática () Empreendedorismo () Outro – Qual?
Quando?

4 - Considera que o programa trouxe contribuições para sua vida? () Sim () Não
Quais?.....

5 - Você frequentou outro programa depois que saiu do CeAP? () Sim () Não
Qual?.....

6 - Atualmente você está fazendo algum curso? () Sim () Não Qual?.....

7 - Está trabalhando? A- () Sim, Onde?..... Função.....

Quantas horas semanais e quais os dias da semana?.....

Tem Carteira Profissional? () Sim () Não

B- () Não, Já trabalhou alguma vez? () Sim () Não Onde?.....

8 - Você tem ou teve irmãos no Programa? () Sim () Não Quantos?.....

9 - Como é o seu relacionamento familiar? () ótimo () Bom () Ruim () Péssimo

10 - Os seus familiares incentivam você na escola e cursos? () Sim () Não

11 - Você tem tempo para estudar em casa? () Sim () Não Porque?.....

12 - Você teve algum envolvimento com drogas? A - () Sim, Prejudicou nos cursos ou na
sua inserção no mercado de trabalho? () Sim () Não Você continua fazendo o uso de

drogas? () Sim () Não. A quanto tempo você usa drogas?..... Qual tipo de drogas?.....

B- () Não

13 - Alguém muito próximo a você lhe ofereceu? A - () Sim, Qual sua reação ?.....

B- () Não

14 - E sobre violência o que você pensa?.....

15 - Alguém já foi violento com você ou com alguém da sua família? () Sim () Não
Como foi?.....Quando foi?.....

16 - Você acredita que os cursos que realizou do CeAP ajudaram você para se qualificar para o mercado do trabalho? () Sim () Não Porque?.....

17 - O que você achou de positivo no programa e o que deveria continuar ocorrendo?.....

18 - O que você quer para o futuro?.....

19 - O que você acha do CeAP continuar oferecendo atividades para jovens, de 14 anos aos 18 anos, depois de sua saída do programa? () ótimo () Bom () Ruim () Péssimo
Porque?.....O que poderia ser oferecido?.....

20 - Quais os cursos você considera mais importante? () capacitação ao 1 emprego () inglês () espanhol () informática básica () Montagem em Manutenção e Equipamentos de Informática () Empreendedorismo () Todos () Nenhum () Outros – Quais?

21 - Indicaria o programa a outro jovem? () Sim () Não

22- Você tem alguma sugestão para o programa? () Sim () Não Quais?.....